

Introdução a Daniel Cefai, Marco Antônio da Silva Mello, Felipe Berocan Veiga, Fábio Reis Mota (org.), Arenas públicas. Por uma etnografia da vida associativa, Niterói-Rio de Janeiro, EdUFF, 2011, p. 9-63

Sumário

Prefácio

Roberto Kant de Lima, Marco Antonio da Silva Mello

Introdução

Daniel Cefai, Felipe Berocan Veiga, Fábio Reis Mota
Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa

Mobilizações urbanas: associações de moradores

Daniel Cefai

Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da Associação La Bellevilleuse em Paris

Letícia de Luna Freire

“Em nome da comunidade”: o papel das associações de moradores no processo de implantação de uma política urbana em Acari, Rio de Janeiro

Jussara Freire

Engajamento político e mobilização coletiva em Nova Iguaçu – RJ: bastidores das arenas públicas na Conferência Nacional das Cidades

Pedro José García Sanchez

Entre “comunidade” e “publico”: seguindo o curso de ação de um conflito de urbanidade em Caracas, Venezuela

Associativismo: laços voluntários ou compulsórios?

Ronaldo Lobão

Quando as associações são voluntárias no Brasil? Uma discussão sobre novas formas de colonialização em reservas extrativistas.

Fábio Reis Mota

A mobilização dos remanescentes do quilombo da Marambaia – RJ

Kátia Sento Sé Mello

Sofrimento e demanda social: uma política municipal de segurança pública em Niterói – RJ

Lucía Eilbaum

Os “vizinhos” e os “de fora”: o processo de definição de uma “comunidade” em Buenos Aires, Argentina

Alex Varella

O dever de cidadania: políticas públicas de planejamento urbano e participação popular no Brasil

Associar-se: reinvidicar direitos

Felipe Berocan Veiga

Índios de papel: etnicidade e associativismo frente a grandes projetos de desenvolvimento no Espírito Santo

Dominique Vidal

Da associação ao sindicato: uma etnografia do acesso ao direito das empregadas domésticas do Rio de Janeiro

Patrícia de Araújo Brandão Couto

O direito ao lugar: uma trajetória dos processos de mobilização e constituição das arenas públicas do município de Itacaré – BA

Soraya Silveira Simões

“Sem vergonha, garota: você tem profissão”: notas sobre a profissionalização de um métier no Brasil

Posfácio

Marco Antonio da Silva Mello, Licia do Prado Valladares, Roberto Kant de Lima, Felipe Berocan Veiga

Isaac Joseph: diário de bordo, percursos, experiências urbanas e impressões de pesquisa

Arenas Públicas:

Por uma etnografia da vida associativa

Daniel Cefai, Felipe Berocan Veiga, Fábio Reis Mota

Este livro cumpre o papel de reunir uma produção coletiva em torno da vida associativa como temática comum e, desse modo, marcar a conclusão de um ciclo do Convênio Capes-Cofecub, desenvolvido nos anos de 1997 a 2007. Assim, tem como objetivo apresentar a unidade de perspectiva constituída entre grande parte dos jovens pesquisadores dos grupos de pesquisa envolvidos no convênio – o NUFEP¹, o LeMetro² e o NECVU³ – e alguns de seus parceiros franceses.

Esse Convênio teve como ponto de partida o encontro entre Isaac Joseph e Roberto Kant de Lima, artesãos das primeiras trocas, e prolongou-se numa série de intercâmbios intelectuais, envolvendo professores e estudantes da UFF, da UFRJ, do IUPERJ, da Universidade de Paris Ouest Nanterre-La Défense e do Institut Marcel Mauss-EHESS⁴. Pouco a pouco, diversos eixos teóricos de reflexão, simultaneamente dimensionados pelo quadro de pesquisas empíricas desenvolvidas, foram sendo desenhados, motivando a realização desta obra coletiva.

1. A pesquisa de campo: estudos de caso e análise situacional

Nossa abordagem se destaca fundamentalmente pelo trabalho de campo. O critério de distinção mais pertinente para especificar a pesquisa etnográfica é a realização da observação direta e da observação participante como modalidades primeiras da investigação⁵. O pesquisador se implica de corpo e alma no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores. Ele se engaja na primeira pessoa nas situações cotidianas, que frequenta de forma regular e repetitiva durante

¹ Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP), do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenado pelo Prof. Roberto Kant de Lima.

² Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenado pelo Prof. Marco Antonio da Silva Mello.

³ Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, do IFCS-UFRJ, coordenado pelo Prof. Michel Misse.

⁴ A época do convênio, Universidade de Paris X - Nanterre. Aspectos da história desses encontros foram relatados em capítulo de livro em homenagem a Isaac Joseph: Mello M. A. da Silva, Valladares L., Kant de Lima R., Berocan Veiga F., “Si tu vas à Rio! L’expérience brésilienne d’Isaac Joseph”, in: D. Cefai, C. Saturno (org.), *Parcours d’un pragmatiste. Autour d’Isaac Joseph*, Paris, Economica, 2007, retomado em nova versão como posfácio deste livro.

⁵ Cefai D., *L’Enquête de terrain*, Paris, La Découverte, 2003.

uma longa jornada. Desse modo, está também diante da excepcionalidade de eventos únicos aos quais somente ele assiste e testemunha em campo. O pesquisador embarca numa compreensão aproximada, focalizando os fenômenos que se dão concretamente diante dele, no momento exato de sua produção. Ele se preocupa em saber quem são e o que fazem os atores, porque e como, com quem e em vista de qual ou quais experiências eles depreendem suas ações. Não podemos, portanto, falar em etnografia sem ter esse momento de observação, compreensão e descrição *in situ* da pesquisa e se grande parte dos dados e das análises que advém no espaço-tempo da pesquisa for obtida por outras vias.

Evidentemente, a pesquisa etnográfica pode se conciliar com diversos outros métodos. Seria demasiadamente dogmático recusar todas as maneiras de explicar e de interpretar os fenômenos sociais que não utilizam a observação direta e a descrição como métodos de análise. Limitaria os objetos empíricos que seriam de domínio legítimo das ciências sociais e políticas. Isso implicaria numa visão estreita, perdendo de vista os outros tipos de materiais relevantes à pesquisa. A pesquisa etnográfica pode se combinar com outras atividades como entrevistas, do questionário mais formalizado à conversa mais corriqueira; ela pode recorrer às abordagens sistemáticas sobre desenhos cartográficos ou dados estatísticos; pode, enfim, incluir os métodos de análise de documentos escritos ou iconográficos, na pesquisa arquivística ou museográfica. Mas praticamente em todos os casos, a reflexão está enraizada numa coleta de dados *in vivo*, na constituição de relações de familiaridade e de confiança com os interlocutores e com o seu território, e na recusa de explicações “transcendentais”, cujas categorias e as hipóteses não estão ancoradas numa experiência de primeira mão. Fora disso, a reprodução de modelos acaba se tornando lugar-comum.

Não é preciso dizer – embora para alguns sociólogos e cientistas políticos entre nós se faça necessário – que temos uma formação que tem nos iniciado em direção à antropologia social e à antropologia cultural. Clifford Geertz, Victor Turner e Marshall Sahlins são, para cada um de nós, os autores-chaves que tivemos a sorte, os mais antigos, de conhecer e frequentar em nosso percurso intelectual. Há também uma linhagem propriamente brasileira dessa perspectiva. Kant de Lima e Marco Antonio Mello, que foram formados por Luiz de Castro Faria e Roberto da Matta, iniciaram, ambos, suas atividades de pesquisa em torno da etnografia da pesca⁶, antes de se debruçarem, respectivamente, sobre as temáticas da cidade⁷, da polícia e do sistema de justiça criminal⁸. Alguns

⁶ Kant de Lima R., Pereira, L. F., Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, Ed.UFF, 1997; Mello M. A. da Silva, Vogel A., Gente das Areias, Niterói, EdUFF, 2004.

⁷ Vogel A., Mello M. A. da Silva, Quando a rua vira casa, Rio de Janeiro, FINEP/IBAM/ Editora Projeto, 1983.

⁸ Kant de Lima R., A polícia da cidade do Rio de Janeiro: Seus dilemas e paradoxos, Rio de Janeiro, Forense, 1995.

dos doutorandos e pesquisadores que participam desse projeto coletivo já publicaram artigos e livros, onde eles desenvolvem, por exemplo, uma antropologia histórica da saúde pública⁹, a descrição etnográfica de ciclos rituais festivos e religiosos¹⁰, etnografia de conflitos envolvendo pescadores pelo uso do espaço da praia¹¹, demandas de direitos de grupos minoritários¹², etnografias de bairros¹³, etc.

Sendo assim, podemos destacar três elementos:

Em primeiro lugar, em cada abordagem de temas sensivelmente diferentes, o peso concedido à análise situacional¹⁴, expressão que podemos encontrar tanto em Max Gluckmann quanto em Erving Goffman¹⁵ e que marca a importância de Chicago e Manchester no que diz respeito à constituição de uma descrição minuciosa de situações de co-presença. A ordem processual da interação permite entradas muito mais gerais, possibilitando observar as pessoas, os representantes de entidades coletivas, empresas e organizações, demonstrando as relações de desigualdade, de discriminação ou de dominação no trabalho, tais como elas se fundam concretamente. O observador engaja-se nos enredos (plots) nos quais se torna ator e espectador e que compõem nada mais do que outra instância do drama social de Victor Turner ou da narrativa histórica de Wilhelm Schapp. Portanto, é preciso dar o merecido lugar de destaque às situações sociais, há muito negligenciadas por todas as formas de análise estruturalista, e afirmar que não há explicações etnográficas nem interpretações suficientes, se não estiverem ancoradas na observação e na descrição das situações.

⁹ Vieira da Cunha N., *Viagem, experiência, e memória: Narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30*, Bauru, SP, EDUSC, 2004.

¹⁰ Brandão Couto P. A., *Festa do Rosário. Iconografia e poética de um rito*, Niterói, Ed.UFF, 2003; Berocan Veiga F., “A folia continua: vida, morte e revelação na Festa do Divino de Pirenópolis, Goiás”, in: Luciana Carvalho (org.). *Divino toque do Maranhão*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005.

¹¹ Prado S. M., *Da anchova ao salário mínimo: Uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo*. Niterói: EDUFF, 2000; Cunha, D. G. *Pescadores e surfistas: uma disputa pelo uso do espaço da Praia Grande*. Niterói: Dissertação de Mestrado (Antropologia), Universidade Federal Fluminense, 2000.

¹² Mota F. R., “Conflictos, multiculturalismo y los dilemas de la democracia a la brasileira”, in: Sofia Tiscornia; María Victoria Pita. (Org.). *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofia, 2006.

¹³ Leitão W. M., “Rivalidade cultivada, conflito e unidade social num bairro carioca”, in: *Comum*, Rio de Janeiro, v.9, n.22, FACHA, 2004, p.173-197.

¹⁴ Gluckman M., “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”, e Van Velsen J., “A Análise situacional e o Estudo de Caso Detalhado”, in: B. Feldman-Bianco (org.), *Antropologia das sociedades contemporâneas*, São Paulo, Global, 1987.

¹⁵ Goffman E., “The Neglected Situation”, In: *American Anthropologist*, 1964, 66, 6, p. 133-136; et “The Interaction Order. American Sociological Association, 1982 Presidential Address”, *American Sociological Review*, 1983, 48, 1, p. 1-17.

Disso resulta o segundo elemento: a sensibilidade à dimensão simbólica, mítica, ritual e dramática, face às experiências individuais e coletivas dos atores. De encontro às abordagens mais positivistas, a demarcação do pesquisador é aqui claramente indissociável à aprendizagem das atividades do “fazer sentido” (meaning making), por meio das quais todos os seres humanos, dos brutos aos mais sofisticados, organizam uma experiência de si, do outro e do mundo. As pressões morais de ordem ecológica ou econômica, por exemplo, não devem ser esquecidas, mas somente são inteligíveis a partir do ponto de vista do nativo e apenas podem ser situadas nos contextos da experiência. Podemos, ainda, reconstruir as estruturas culturais ou as formas simbólicas¹⁶, que devemos retomar no movimento de sua instituição histórica¹⁷, mas não podemos perder de vista que os sentidos e significados se constituem no contexto da ação e da situação social. Não podemos assim reduzir os contextos de sentido que se constituem no exercício da vida associativa a uma espécie de sombra generalizante e portadora de “culturas” ou de “tradições” nacionais: é preciso descrever precisamente, a cada lugar e a cada momento, de que modo categorias, argumentos, dramas e narrativas adquirem sentido por parte de seus produtores e receptores. Se podemos, em grandes traços, fabricar tipos culturais, embora sob o risco de cair em estereótipos, devemos também e principalmente examinar in situ os modos múltiplos pelos quais os atores assimilam e acomodam, inventam, distorcem, utilizam ou recusam significados. É preciso, pois, seguir as ações simbólicas ao invés de congelar os sistemas simbólicos, fixados pela obsessão culturalista.

O terceiro elemento, enfim, é a recusa em se dissociar os questionamentos culturais dos sociais. Falar em associação não é somente focalizar nos rituais e no imaginário, nos universos simbólicos, nas utopias cívicas e nas denúncias públicas, mas estudar igualmente as formas sociais. As associações são meios de sociabilidade e de socialização: elas oferecem um observatório ideal a uma microsociologia das interações e das conversações. Permitem também dar conta da dualidade simmeliana da ponte e da porta¹⁸, ora ligando pessoas, ora impondo barreiras: elas aproximam e reatam, instituindo novos pólos de existência coletiva e, a um só golpe, separam e muitas vezes excluem. Assim, as associações dissociam tanto quanto associam. Entretanto, as associações ressaltam também uma sociologia das organizações: para existir, elas devem mobilizar recursos, se ajustar ao ambiente, produzir uma divisão do trabalho e uma repartição da autoridade, se assegurar do engajamento das competências e da convergência de energias. Elas estão engajadas em relações de cooperação e de competição recíproca e com as outras organizações, nas

¹⁶ Geertz C.. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

¹⁷ Sahlin M.. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

¹⁸ Simmel G., “A Ponte e a Porta”, In: Política & trabalho, 12, PPGS-UFPA, set/1996, p. 10-14.

lutas ecológicas por sua sobrevivência e em colaborações com vistas a objetivos comuns. Enfim, as associações são exatamente os nós das redes sociais. São verdadeiras incubadoras de relações sociais, que contribuem para criar as mais variadas frentes de aliança e de oposição. Tanto redesenham as tramas de relações interpessoais quanto ocupam posições relevantes nas tramas de relações interorganizacionais.

Análise de situações concretas, antropologia social e antropologia cultural. Mas também etnografia moral e política. Uma atenção particular dirige-se aos significados normativos que os atores dão a seus engajamentos nos contextos da experiência. Eles entram em disputas em torno de provas de decência, de respeito ou dignidade, de liberdade, de direito e de justiça. Eles se afrontam pela troca de críticas, de denúncias e de reivindicações e se referem às “economias morais” do bem e do mal, do aceitável e do intolerável, do autorizado ou do ilegítimo. E eles não cessam, diante de suas tomadas de posição, de transformar os jogos de poder nos quais estão presos – irredutíveis às simples relações de dominação, quedas-de-braço ou conflitos de interesse.

2. Uma perspectiva microssociológica e pragmatista: a república in situ

O diálogo entre colegas franceses e brasileiros, cujo ápice inicial foi o Colóquio de Cerisy-la-Salle de 1999, conduziu a um entrecruzamento entre essas abordagens antropológicas e a um questionamento microssociológico e pragmatista ¹⁹.

“Não há domínio próprio à microssociologia. Tudo na realidade vai do micro ao macro e se declina em fenômenos infinitesimais”, dizia Isaac Joseph²⁰. No entanto, um repertório de conceitos, que não tem nada de exaustivo, constituído ao longo do tempo, nos permite observar a complexidade das situações e operar com alguns conceitos-chave: civilidades, rituais, dramas, lugares, ocasiões, competências, quadros, contextos, engajamentos, faces, figuração, interação, ordem pública, posição, reparação, território, redes, situação. Há nelas as pistas que foram percorridas pela antropologia urbana²¹, nos estudos dos espaços públicos, mas que têm sido menos exploradas pela sociologia política.

Em poucas palavras, um percurso alternativo foi sendo traçado e aplicado nas pesquisas acerca dos fenômenos civícos e políticos. Ele dá conta de casos (case method) que organizam as constelações espaço-

¹⁹ As atas desse congresso foram publicadas em: Joseph I., Cefaï D. (org.), *L'Héritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves du civisme*, La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube, 2002.

²⁰ Joseph I., Erving Goffman et la microssociologie, Paris, PUF, 1998 (trad. br. Goffman e a microssociologia, Rio de Janeiro, Ed.FGV, 2000); et *L'Athlète moral et l'enquêteur modeste*, Paris, Économica, 2007.

²¹ Joseph I., *La ville sans qualités*, La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube, 1998.

temporais das situações. Visa demonstrar o que significa concretamente, in situ, democracia e república; como se articulam os usos de direitos, as identidades comunitárias e as relações profissionais; ou ainda, como se combinam as relações entre mercado, religião e política. A partir desse repertório de questões, tínhamos mapeado uma série de problemas, que foram, durante todos esses anos, os eixos de cooperação entre Paris e Rio-Niterói. Poderíamos hoje em dia formulá-los do seguinte modo:

a) Como uma sociologia da intimidade e da proximidade pode dar conta dos modos de viver das pessoas em relação, de gerar sentimentos sociais e de aplicar categorias morais?²² Como essas relações de interação com outras pessoas, bens ou coletividades de ordem privada, tais como são vivenciadas nas situações de apego à vida de um bairro, da defesa de um fragmento do meio-ambiente ou da proteção dos interesses de um grupo profissional, étnico (índios, quilombolas, ciganos) ou religioso (sufis), vêm se referir a princípios universais da moral, do direito ou da justiça?²³ Em que medida conduziriam (ou não) à mobilização das instituições republicanas, apelando (ou não) ao julgamento da opinião pública, recorrendo (ou não) à força da lei e do tribunal, invocando (ou não) os princípios de igualdade e de equidade entre sujeitos de direito?²⁴ Como as situações de conflito pessoal resultam, na França e no Brasil, em tipos de justificação, denúncia ou reivindicação públicas; e quais são os sujeitos de direito em evidência – cidadãos, habitantes (Belleville, Catumbi, Acari, Nova Iguaçu), comerciantes (Saara), trabalhadores (domésticas, prostitutas), consumidores, usuários, membros de comunidade local (Itacaré) ou de um território indígena (Tupiniquim-Guarani)? Qual é o encadeamento que conduz as provas de sentimentos de injustiça à formulação de discursos de protesto nos espaços públicos (de proximidades ou mediados pelos meios de comunicação de massa e por instituições estatais), à organização de ações coletivas (constituição de associações, sensibilização de auditórios, mobilização de constituencies) e aos recursos apelativos das instituições judiciárias (“blaming, claiming, naming”), cujo papel é regular os litígios, obter reparações às penas e fazer reconhecer os direitos?

²² Breviglieri M., Trom D., “Troubles et tensions en milieu urbain”, in: D. Cefaï, D. Pasquier (dir.), *Les sens du public. Publics politiques, publics médiatiques*, Paris, PUF, 2003; et Breviglieri M., *L’usage et l’habiter. Contribution à une sociologie de la proximité*, à paraître à Paris, Économica.

²³ Vidal D., “A linguagem do respeito: A experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas”, in: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, 2003, 46 (2), p. 265-283; et *Les bonnes de Rio de Janeiro. Emploi domestique et société démocratique*, Lille, Presses du Septentrion, 2007.

²⁴ Cefaï D., Trom D. (dir.), *Les formes de l’action collective. Mobilisations dans des arènes publiques*, Paris, Éditions de l’EHESS, 2001; et Cefaï D., *Pourquoi se mobilise-t-on? Théories de l’action collective*, Paris, La Découverte, 2007.

b) Como abordar uma sociologia dos conflitos nos espaços públicos urbanos e não-urbanos? Quais são as variáveis e nuances de significado da idéia de “público” no Brasil?²⁵ Como dar conta das formas de incompatibilidade e de conflito que não se resumem aos combates entre grupos de interesses ou às lutas pela apropriação de recursos – que se coloca na demarcação de Reservas Extrativistas (Arraial do Cabo) e de Terras Indígenas (Aracruz) em áreas disputadas para outros fins, na valorização de territórios como relevantes do “comum” ou do “público”, apoiando-se nos direitos de uso (Itacaré) ou de herança (Marambaia)? O que a microsociologia pode nos ensinar sobre a constituição dos laços civis ou sobre a emergência de problemas públicos? Enquanto na França uma gramática de direitos cívicos exprime de imediato a desigualdade como algo insuportável, a análise de situações problemáticas de conflitos no Brasil testemunha que essa igualdade de direitos nem sempre é permanente. O que, entretanto, os signos de transformação das maneiras de ser e de se reportar aos outros podem revelar, ao invés de uma representação fortemente culturalista da desigualdade e da hierarquia? Como prolongar o trabalho pioneiro de Roberto da Matta e descrever com elegância, de um modo etnográfico, as mudanças dos regimes de interação e das categorizações morais, cívicas e jurídicas?²⁶ Recorrendo aos métodos da microsociologia, é possível envolver mais de perto as situações de gestão de tensões nos territórios urbanos ou de litígios em torno de lugares de aptidão turística, ecológica e marítima? Quais são os modos de resolução que colocam em cena os atores locais? Em que medida as instâncias estatais estão implicadas nesses processos? Quais são os outros atores envolvidos na ação: ONGs, igreja católica ou igrejas evangélicas, universidades, etc.? Como a ação de policiais, juizes e outros agentes, supostos garantidores da ordem pública, é percebida, acionada ou evitada pelos cidadãos comuns?

c) Como uma sociologia de situações de mobilização, de protesto e de reivindicação pode ser transponível entre a França e o Brasil? Podemos operar com a transferência de problemáticas, de conceitos e de métodos entre associações que têm objetivos tão diversos quanto a vida do bairro, a transformação urbana, os problemas ambientais ou de segurança, a política de transportes, os direitos das mulheres ou a luta contra a AIDS? Quais são as formas da vida associativa no Brasil? Qual o significado da categoria “associação” no direito, na política, no discurso filantrópico das ONGs, para as redes de economia solidária, ou ainda, simplesmente, na vida cotidiana? Quais são os léxicos ou os vocabulários

²⁵ Kant de Lima R., “Police, Justice et société au Brésil. Comparer des modèles d’administration des conflits dans l’espace public”, in: L’Héritage du Pragmatisme, op. cit., 2002, p. 193-210.

²⁶ Kant de Lima R., “Carnavais, malandros e heróis: Os dilemas brasileiros do espaço público”, in L. Graziela Gomes, L. Barbosa, J. A. Drummond, O Brasil não é para principiantes. Vinte anos de Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

utilizados em suas reivindicações? Como as dinâmicas do engajamento coletivo, as formas de justificação pública e os dispositivos de ação da vida associativa são postos em movimento para se fazer reconhecer situações de não-direito ou de injustiça, para se exigir indenização aos desempregados ou para se reclamar o respeito aos direitos civis ou sociais? Quais são os repertórios de ação e de justificação que são desempenhados pelos membros das associações? A que retóricas de bem público recorrem os atores? Sobre quais noções de direito se apóiam? Em que contextos evocam os discursos da “justiça social”, da “solidariedade republicana”, da “caridade cristã” ou do “laço comunitário”? Incorporam os dispositivos da ação pública e, se o fazem, quais são esses dispositivos? Que engrenagens híbridas são acionadas entre engajamentos locais, atos de fundação e organizações privadas, agências administrativas, organizações comunitárias e redes clientelistas nas arenas públicas? E, finalmente, em torno de quais “problemas”, “escândalos”, “assuntos” ou “questões” se desdobram as ações?

3. Estratégias de uma pesquisa sobre associações: uma abordagem alternativa

Chegamos, enfim, ao tema deste livro: uma pesquisa sobre as associações, que seja também uma microsociologia ou uma antropologia dos laços civis e dos engajamentos cívicos, e que inclua uma dimensão de análise da formação dos problemas públicos e do regulamento do direito, dos conflitos e litígios.

3.1 Deconstruir certas crenças da teoria política

Em primeiro plano, assinalaremos que a pesquisa de campo nos permitirá o distanciamento de certas utopias políticas: do comunitarismo, do republicanismo cívico e do capitalismo social, da economia solidária e da democracia associativa.

a) Os comunitaristas como A. Etzioni, M. Sandel ou P. Selznick, pensam poder recuperar os princípios elementares da democracia com a revitalização das comunidades familiares, geracionais, territoriais, étnicas, linguísticas, religiosas ou profissionais. A associação forneceria os pontos de reparo e de orientação num mundo onde os processos de racionalização e de secularização tendem a dissolver as formas de solidariedade social, a abolir as evidências morais, a corromper as certezas políticas, a mergulhar num isolamento psíquico e a favorecer as condutas egoístas. Ela induz um sentido de obrigação e de responsabilidade face a face em uma comunidade transcendente – mesmo alguns a acusando de ser cúmplice de uma balcanização dos corpos cívicos e da multiplicação de políticas de identidades. As associações revitalizam as “comunidades” – a neighborhood democracy se enraiza nas ações das organizações comunitárias.

b) As propriedades imputadas à associação não são muito diferentes numa perspectiva republicana, ainda que a referência comunitária seja eclipsada pelas figuras do contrato voluntário.

M. Walzer, J. Cohen ou B. Barber insistem, assim, nos princípios de uma democracia forte fundada sobre um “associativismo cívico”²⁷, que revitalizaria a sociedade civil e expressaria efetivamente os direitos formais, e submergindo-as por uma dinâmica de empowerment, reforçaria as capacidades cívicas pelo exercício da democracia participativa. Sem ir longe também na ficção política, apesar da referência recorrente à J. Dewey e J. Addams, os “capitalistas sociais”²⁸, cujo nome o mais proeminente é R. Putnam, colocam sobre toda sorte de grupos cívicos – de clubes de boliche às congregações religiosas, de clubes de bairro aos grupos de dança local – para contrapor-se aos processos de individualização, de mercantilização e de mediatização que corroem a sociedade civil.

c) Essa visão de uma regeneração cívica e política que passa pela associação é partilhada pelas abordagens mais econômicas do problema. A perspectiva sobre o terceiro setor de A. Evers ou de J.-L. Laville aposta também no poder de auto-organização da sociedade civil, sobre a possibilidade de ocupar os domínios deixados pelo Estado e pelo mercado²⁹, e de impulsionar circuitos de produção e de difusão de bens e de serviços pelos principais interesses. As associações participam como peças-chaves das novas formas de “governança” em matéria de urbanismo, de segurança, saúde, educação e lazer. Tendo elas outras virtudes: o de restituir o tecido social e de ressocializar os indivíduos “desfiliados”, de engendrar um grosso volume de empregos em situações de desemprego generalizado, dar de novo aos consumidores uma perspectiva sobre o mundo da vida cotidiana – e finalmente, de promover uma autonomia individual e coletiva. Nessas versões mais radicais, essa perspectiva dá lugar às visões da “democracia participativa”³⁰.

As associações apresentariam, assim, algumas vantagens, se comparadas às empresas e às administrações. Elas se caracterizariam por uma forte solidariedade interna, cimentada pelo engajamento voluntário, que sobrepuja as fraquezas devidas, as estratégias econômicas ou as rotinas burocráticas para regular os problemas públicos. Elas teriam uma grande capacidade de resposta aos eventos e de ajustamento à fluidez do ambiente, em razão de sua flexibilidade em matéria de gestão e de

²⁷ Chaniel P., *Justice, don et association. La délicate essence de la démocratie*, Paris, La Découverte, 2001.

²⁸ A expressão é de Ota de Leonardis, referendo-se a: Putnam R., *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, New York, Simon and Schuster, 2000; e Putnam R., Feldstein R., et Don Cohen, *Better Together: Restoring the American Community*, New York, Simon & Schuster, 2003.

²⁹ Laville J.-L., Caillé A., Chaniel P., Dacheux E., Eme B., Latouche S., *Association, démocratie et société civile*, Paris, La Découverte, MAUSS et CRIDA, 2001.

³⁰ Hirst P., *Associative Democracy: New Forms of Economic and Social Governance*, Cambridge, Polity Press, 1994; Cohen J., Rogers J., “Associations and Democracy”, in E. O. Wright (org.), *Associations and Democracy*, London, New York, Verso, 1995.

compatibilidade e de sua proximidade às preocupações do mundo ordinário. Elas apreenderiam as situações em suas singularidades e não somente em virtude de critérios universais do lucro ou do direito. Elas seriam compostas pelas lógicas da experiência e da ação do público, do mercado e do Estado. Mas o argumento mais difundido é o da “espiral cívica” – espiral virtuosa de proliferação de públicos associativos³¹. Ao participarem de grupos cívicos, os indivíduos contribuiriam à disseminação de conexões sociais, à acumulação de capital social pelas dinâmicas de bridging (abertura e conexão sobre outros grupamentos associativos) e ao aumento da mistura social, étnica e religiosa (colocada em contato entre indivíduos ou de grupos segmentados). Frequentemente, seriam eles mesmos membros de diversas associações ou refundariam outras novas, convencendo outras pessoas para se engajarem ao seu redor e provocando reações em cadeia. Pouco a pouco, essas redes mais ou menos formalizadas de relações de confiança, de cooperação e de comunicação se entrecruzariam e se estenderiam.

As associações seriam, ainda, meios de realização de autonomia pessoal, de espaços de reciprocidade, de sociabilidade e de solidariedade e de redes de acumulação de capital social. Elas tirariam os indivíduos de seu isolamento, expandindo seus horizontes de experiência, multiplicando as ocasiões de encontro, transpassando as fronteiras simbólicas entre registros de atividades e das fronteiras sociais, religiosas, ou culturais. Num plano mais político, as associações seriam os lugares privilegiados de exercício da cidadania: elas inculcariam os saberes, as virtudes e as competências cívicas e moldariam os regimes de engajamento de cidadãos. Elas lhes dariam a oportunidade de investigar e de experimentar, de comunicar e de raciocinar coletivamente. Elas seriam laboratórios da vida cívica e escolas de democracia deliberativa, lugares de formação em civismo e mediações da sociedade civil. Pela força de exemplo, as associações, crescendo e se multiplicando, poderiam assim fundar novamente uma “política da sociedade civil”. A menos que elas favoreçam, em oposição a esses efeitos, a um fechamento sobre si mesmos de grupos profissionais, étnicos ou religiosos, com a intensificação de fenômenos de bonding (reforço das solidariedades exclusivas no interior de grupamentos associativos) e a multiplicação de condutas do tipo NIMBY³².

³¹ Essa tese foi criticada por P. Lichterman, *Elusive Togetherness: Religious Groups and Civic Engagement in America*, Princeton, Princeton University Press, 2004.

³² NIMBY: Not in my backyard, ou seja, “fora de meu quintal”. Essa expressão significa que os atores aceitam que uma obra de infra-estrutura pública como, por exemplo, uma linha de alta-tensão, uma rodovia, uma usina nuclear ou uma via férrea se instale em qualquer lugar, sobre os terrenos de seus vizinhos, desde que sua propriedade se encontre fora de perigo. Os processos de generalização e de globalização substituíram a síndrome NIMBY ou NIMEY (Not In My Electoral Yard, “fora de meu quintal eleitoral”) por um processo de redistribuição LULU (Locally Unwanted Land Uses, “usos da terra localmente indesejados”). Ou ainda por uma defesa de posições mais universalistas:

Todos esses elementos não devem ser tomados, em primeiro plano, como as evidências que são para os promotores ou para os adversários das associações de voluntários. Eles devem ser colocados à prova da pesquisa, para se verificar empiricamente se elas são mais ou menos justas ou falsas. Esses tipos de discurso estão todos presentes no Brasil. Mas parece-nos importante não limitar a pesquisa a um trabalho exclusivamente teórico de análises de textos – que se referem implicitamente a outros contextos. Um verdadeiro esforço de compreensão comparativa impõe de se levar em conta a história do desenvolvimento, da recepção e da aplicação desses diferentes conjuntos de argumentos e práticas que lhes correspondem em contextos diferentes.

As reflexões sobre a política multicultural e sobre a identidade étnica, sobre a questão social ou sobre a liberalização econômica, não soam da mesma maneira dependendo de onde nos encontremos. O mesmo acontece com o engajamento associativo, a organização comunitária, a sociedade civil ou o terceiro setor, não tem senão a aparência da similitude. Se quisermos ter um encaminhamento que tenha uma pertinência comparativa, uma pesquisa de semântica sociológica se impõe, em que se analisem os usos feitos desses diferentes conjuntos de argumentos em política pública, na pesquisa universitária e na prática militante. Os sentidos das categorias que parecem bem definidas no contexto da teoria moral e política se transformam, logo que as transplantemos de um universo social a outro.

1. Começamos pelo conceito de “comunidade”. Ele é reprovado na França, porque evoca a divisão das facções de uma República suposta una e indivisível, e porque parece irremediavelmente manchado pela marca do interesse particular ao encontro do interesse geral. A comunidade tem um sentido pejorativo: ela é utilizada para estigmatizar e denunciar todo tipo de localismos, de etnicismos e de corporativismos³³. É, por outro lado, uma das categorias mais usuais para designar as formas de vida coletiva nos Estados Unidos³⁴. Um certo número de associações é pensado ali como *community organizations*, um termo que existe desde o começo do século XX, muito marcado pelo ideal de engajamento cívico defendido por Saul Alinsky e que deu lugar a utopias políticas muito

BANANA (Build Absolutely Nothing Anywhere Near Anyone, “não construir absolutamente nada em lugar nenhum e perto de ninguém”), NIABY (*Not In Anybody's Backyard*, “fora do quintal de qualquer um”) ou NOPE (Not On the Planet Earth, “não no Planeta Terra”).

³³ Mota F. R., *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte? Demandas de direito e reconhecimento no Brasil e na França*, Tese de Antropologia, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.

³⁴ Vidal D., “Concevoir la communauté. L’efficacité d’une catégorie socio-spatiale au Brésil”, in J. Monnet (dir.), *Espace, temps et pouvoir dans le nouveau monde*, Paris, Anthropos, 1996; et son livre *La politique au quartier. Rapports sociaux et citoyenneté à Recife*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, Collection Brasilia, 1998.

grandes, de autodesenvolvimento e, às vezes, de autogoverno comunitário. A comunidade é frequentemente ligada ao fortalecimento da democracia local e a um modo de formação de uma cidadania do neighborhood³⁵, mas ela remete também a comunidades ao mesmo tempo de raça e religião, hoje o fundamento mais ativo da atividade sindical e do movimento social.

No Brasil, a idéia de comunidade está ligada à atividade do “trabalho comunitário” e à técnica do “desenvolvimento comunitário”. Assistentes sociais da administração municipal do Rio de Janeiro criavam, desde a década de 1940, associações de moradores nas favelas e partilhavam com a Igreja Católica o controle da assistência aos pobres. A instituição caritativa da Fundação Leão XIII instalava bicas de água e abria vias públicas apoiados pela prática mais antiga do mutirão. Depois, a partir dos anos 1960-70, os Peace Corps e a partir dos anos 1980, as ONGs se apoiaram em um certo tipo de discurso sobre a “comunidade”. Dispomos hoje de um certo número de dados sobre esse tipo de associações de bairro e de moradores, a começar pelos trabalhos dos Leeds e os artigos clássicos de L. A. Machado da Silva e de L. Valladares³⁶, ou A. Zaluar ou W. G. dos Santos sobre as “organizações populares”³⁷. Mais recentemente, as associações de moradores ou de amigos do bairro multiplicaram seus objetivos: trânsito, poluição, saúde, educação, áreas verdes, segurança pública, qualidade dos serviços públicos, recuperação de áreas centrais. Elas são mais que nunca apoiadas e financiadas por entidades estrangeiras, lidam com populações cada vez mais móveis e heterogêneas, mesmo nas favelas que passavam por protótipo da comunidade.

A idéia de comunidade tem igualmente uma ressonância que o Brasil partilha sem dúvida com outros países da América do Sul. Ela foi o objeto do desejo militante ou religioso durante o período da ditadura, escapando aos rigores do regime. Ela sustentou todo o trabalho de educação popular, cujos métodos de conscientização de Paulo Freire estão ainda nas memórias. Ela igualmente esteve no coração das práticas radicais da teologia da libertação, deste retorno ao da Igreja dos pobres, pela geração de padres, de Leonardo Boff e Dom Helder Câmara³⁸. A

³⁵ Thomson K., *From Neighborhood to Nation: The Democratic Foundations of Civil Society*, Hanover, University Press of New England, 2001.

³⁶ Como pioneiros: L. A. Machado da Silva, “A política na favela”, *Cadernos brasileiros*, 1967, 41, IX, p. 35-47; Valladares L., “Associações voluntárias na favela”, *Ciência e cultura*, 1977, 29, 12, 1390-1403; Leeds A., Leeds E., *A sociologia do Brasil urbano*, Rio, Zahar, 1978. Et plus tard: Boschi R., *A Arte da associação*, Rio, Vertice et IUPERJ, 1987.

³⁷ Zaluar A., *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*, São Paulo, Brasiliense, 1985; Santos W. G. dos, *Razões da desordem*, Rio, Rocco, 1992.

³⁸ Sobre a ação de Dom Helder Câmara face às políticas de remoção das favelas cariocas, ver Simões, S. S., *Cruzada São Sebastião: etnografia da moradia e do cotidiano dos moradores de*

associação de referência foi, até o meio dos anos 1990, a Comunidade Eclesial de Base: ao mesmo tempo assembleia dos fiéis se reunindo para ler a Bíblia, discutir sobre a fé e celebrar os ritos, duplicando a forma da paróquia; e reagrupamento militante, ligado em rede às outras CEBs pela logística da Igreja, mobilizando-se para a gestão dos negócios locais, mas também na ocasião da Constituição de 1988 para articular grandes movimentos nacionais. A comunidade não é, então, somente uma fantasia do Antigo Regime, como na França, ela não remete tampouco à história das seitas protestantes e das repúblicas locais, como nos Estados Unidos. Ela é uma unidade vivida e praticada da ação coletiva, frequentemente inscrita no território e na população, às vezes portadora de uma forte conotação mística – “povo da revolução” ou “povo de Deus” -, quase sempre ligada a tarefas de resolução das carências sociais, e dando lugar, na ocasião, a um registro formal no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

2. A noção de sociedade civil, por muito tempo criticada por uma literatura marxista, conheceu um verdadeiro renascimento nos anos 1980-90, em concomitância com a descoberta da noção de espaço público³⁹ em Arendt e Habermas. Ela foi desenvolvida de modo exponencial em relação às esperanças da emergência de uma nova sociedade brasileira, livre das feridas do clientelismo e do paternalismo – dando lugar ao que aparece retrospectivamente como uma verdadeira mitologia política da “transição democrática”. Alguns analisavam, sem ênfase, a “transição conservadora”, dirigida do alto. Eles mostravam, seguindo o caminho de P. Schmitter⁴⁰, os acordos neo-corporativistas que se instalavam e analisavam as associações como articulações das “intermediações” entre grupos de interesse profissionais, étnicos, sociais, territoriais, e o poder público⁴¹. Outros se lançavam, opostamente, em uma carreira apologética das mutações em curso – a exaltação de um “novo associativismo”

um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro, Tese de Antropologia, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008.

³⁹ Telles V. da, “Sociedade civil e a construção de espaços públicos”, in E. Dagnino (Org.), *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1994; Dagnino E., Escobar A., Alvarez S., *Cultures of Politics/Politics of Cultures*, Boulder and Oxford, Westview Press, 1998.

⁴⁰ Streeck W., Schmitter P. C., “Community, Market, State and Associations? The Prospective Control of Interest Governance to Social Order”, in Id. (eds.) *Private Interest Government: Beyond Market and the State*, London, Sage, 1985, p. 1-29; Diniz E., Boschi R., “O corporativismo na construção do espaço público”, in R. Boschi (org.), *Corporativismo e desigualdade*, Rio de Janeiro, IUPERJ-Rio-Fundo Editoras, 1989.

⁴¹ Labra M. E., “Associativismo no setor saúde brasileiro e organização de interesses do empresariado médico”, *Physis. Revista de saúde coletiva*, 1994, 3, 2, p. 193-225; Labra M. E., “Análise de políticas, policy making e intermediação de interesses. Uma revisão”, *Physis. Revista de saúde coletiva*, 1999, 9, 2, p. 131-166.

estando no coração desta “refundação”⁴². Esse discurso sobre a sociedade civil correspondia claramente a um esforço performático para propor uma concepção da cidadania fundamentada no direito, e oposta às restrições corporativistas ou militaristas até ali conhecidas. Ele era mais interessante quando ele se juntava à interrogação de seu significado na história do Brasil – fosse sobre a história da República por Murilo de Carvalho ou sobre a formação de uma “cidadania regulada” por Wanderley Guilherme dos Santos.

Esse discurso universitário se encontrou, de um modo muito ambivalente, com o discurso político da “terceira via” do governo Fernando Henrique Cardoso, justificando o desenvolvimento de novas formas de cooperação entre o público e o privado. Muitas associações foram integradas aos dispositivos de política pública – esse processo conduziu a apreciações variáveis, indo da crítica da defecção, pelo Estado, de suas missões de serviço público e os riscos de “desmanche” dos ganhos da cidadania desde o fim da ditadura⁴³, à autoglorificação das redes de ONGs que se tornaram pilares dessa “nova sociedade civil”. Essas medidas tiveram por efeito o crescimento do lugar concedido às associações nas políticas públicas. Essa nova distribuição de poder conduziu a dois tipos de observações: de um lado, a descrição das experiências e a apreciação de suas novas contribuições⁴⁴, particularmente na área social⁴⁵; de outro, a constatação de formas perversas com a obrigação de se associar visando a participação no planejamento urbano⁴⁶

⁴² Avritzer L., *Democracy and the Public Sphere in Latin America*, Princeton, Princeton University Press, 2002; Avritzer L., “Um desenho institucional para o novo associativismo”, *Lua nova*, São Paulo, 1997, 39, p. 148-174; Avritzer L., Recamán M., Venturi G., “O associativismo na cidade de São Paulo”, in L. Avritzer (org.), *A participação em São Paulo*, São Paulo, UNESP, 2004.

⁴³ Tese do Xico de Oliveira.

⁴⁴ Zaluar A., “Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas públicas”, *Revista brasileira de ciências sociais*, 1997, 12, 35; et “Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em perspectiva, 1999, 13, 3, p. 3-17; Luchini A. De M., Souza M. D., Pinto A. L., “Aportes e limites da perspectiva de redes de políticas públicas: O caso da gestão da água”, *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, 2003, 10, 2, p. 87-94.

⁴⁵ Arretche M. T. S., “Políticas sociais no Brasil: Decentralização em um Estado federativo”, *Revista brasileira de ciências sociais*, 1999, 14, 40, p. 111-141; Souza W. Da S., “Associações civis em saúde mental no Rio de Janeiro: democratizando os espaços sociais”, *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2001, 17, 4, p. 933-939; Lopes J. R., “Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública”. *São Paulo em perspectiva*, 2004, 18, 3, p. 57-66.

⁴⁶ Varella A., “O dever de cidadania: Políticas públicas de planejamento urbano e participação popular no Brasil”, capítulo publicado neste livro.

ou a crítica da “refilantropização da questão social”, sobre o pretexto de flexibilização das políticas sociais⁴⁷.

Desde os anos 1980, nós assistimos à explosão das ONGs⁴⁸. As ONGs são de tamanho reduzido, se dedicam a uma ajuda especializada num determinado domínio (saúde, educação, meio ambiente, violência...) ou a um grupo determinado (meninos de rua, Afro-Brasileiros, populações indígenas, mulheres...). Elas criam, então, com o apoio financeiro e logístico de fundações filantrópicas ou de organismos intergovernamentais, micro-organizações, às vezes interligadas em rede, trabalhando para reduzir situações de injustiça social ou para garantir direitos cívicos ou políticos. Estudos foram publicados sobre suas ligações com o Movimento dos Sem-Terra⁴⁹, sobre as estratégias de desenvolvimento que elas apóiam⁵⁰, sobre suas ações junto a meninos de rua⁵¹ ou em favor da saúde ou da ecologia⁵², etc. Mas as pesquisas sobre seu funcionamento concreto, no campo, são raras – e dormem talvez nos relatórios internos financiados por suas matrizes.

3. Paralelamente, o léxico do capital social se generalizou, relançado pelo sucesso de *Bowling Alone* de R. Putnam, e adotado desde então pelo Banco Mundial, por organizações intergovernamentais e organizações não-governamentais. O capital social torna-se a panacéia para a recomposição de uma “cultura participativa”⁵³ e as benfeitorias do “desenvolvimento cívico” se fariam sentir nas redes de política social⁵⁴, assim como nas redes do terceiro setor⁵⁵. A proximidade comunitária seria um fundamento para esse bem raro que é a confiança cívica, dos

⁴⁷ Yazbeck C., “A política social brasileira nos 90: a refilantropização da questão social”, *Cadernos ABONG*, 1995 et Telles V., “No fio da navalha: entre carências e direitos”, São Paulo, Polis, 1998.

⁴⁸ Para um panorama: Fernandes R. C., *Privado porém público*, op. cit., p. 65-85. Ver também Moçouçah P. S., “As ONG’s: dos bastidores ao centro do palco”, *Revista brasileira de ciências sociais*, 1995, 28.

⁴⁹ Gohn M. Da G., *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*, São Paulo, Cortez, 2000.

⁵⁰ Álvares L.C., “ONGs: uma alternativa aos descaminhos do desenvolvimentismo” *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, 2000, V, 10, p. 39-61.

⁵¹ Valladares L., Impelizeri F., *Ação invisível*, Rio, IUPERJ, 1992 (um censo a partir do Urbandata).

⁵² Mattos S. M. da Silva Nunes, Drummond J. A., “O terceiro setor como executor de políticas públicas”: *NGO's ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2001)*”, *Revista de sociologia e política*, 2005, 24, p. 177-192.

⁵³ Baquero M., “Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil”. *Revista de sociologia e política*, 2003, 21, p. 83-108

⁵⁴ Costa M. A. N., “Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: A favela da Mangueira no Rio de Janeiro” *Revista de sociologia e política*, 2003, 21, p. 47-163.;

⁵⁵ Fernandes K. R., “Constituição de redes organizacionais como nova forma de gestão das organizações do terceiro setor” (Internet).

cidadãos entre si ou face às instituições⁵⁶. Mas pode-se aqui também se interrogar sobre o sentido destes conceitos, a se constatar o forte grau de interconhecimento e de sociabilidade que é própria a certos bairros desfavorecidos, nos quais floresce hoje todo tipo de delinquência organizada. O capital social seria desviado pelas associações criminais?

A literatura sobre a democracia participativa e sobre a economia solidária está igualmente em plena expansão. Ela se encontra, sob muitos aspectos, com os outros domínios que acabamos de mencionar. A participação remete ao ideal de uma cidadania ativa⁵⁷, e prolonga a defesa dos movimentos populares e dos movimentos sociais que emergiram desde o começo dos anos 1980⁵⁸. Mais recentemente, certo número de experimentos transformou essa problemática: as organizações de movimentos sociais estão, de modo mais institucional, mas com o mesmo entusiasmo utópico, reenquadradas em relação a políticas públicas⁵⁹. E os sucessos relativos de certos conselhos gestores⁶⁰ e orçamentos participativos⁶¹ conduziram a reavaliar o alcance em termos de democracia participativa, de underclass empowerment e de civic governance⁶². Resta que, se nos distanciamos dos projetos normativos

⁵⁶ Fukuyama F., *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*, New York, Free Press, 1995; et le recueil de textes de M. E. Warren (ed.), *Democracy and Trust*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

⁵⁷ Benevides M. V., *A cidadania ativa*, São Paulo, Editora Ática, 1991.

⁵⁸ Sader Eder, *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*, Rio, Paz e Terra, 1988; Krischke P., Scherer-Warren I. (org.), *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*, São Paulo, Brasiliense, 1987; e uma síntese de P. Jacobi, "Movimentos sociais urbanos no Brasil: Reflexão sobre a literatura dos anos 70 e 80", *BIB*, Rio de Janeiro, Anpocs, 23, 1987.

⁵⁹ Tiriba L., "Economia popular y movimientos populares (y una vez más el trabajo como principio educativo)", *Contexto e Educação*, 1999, 54, p. 53-79; Carvalho de França Filho G., "Economia solidária e movimentos sociais", in A. Medeiros, Â. Schwengber, V. Schiochet (org.), *Políticas públicas de economia solidária por um outro desenvolvimento*, Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006, 1, p. 59-108.

⁶⁰ Gohn M. da G., *Conselhos gestores e participação sociopolítica*, São Paulo, Editora Cortez, 2001.

⁶¹ Sousa Santos B. de, « Participatory Budgeting in Porto Alegre: Toward a Redistributive Democracy », *Politics and Society*, 1998, 26, 4, p. 461-510; Baiocchi G., « Participation, Activism, and Politics: The Porto Alegre Experiment », *Politics and Society*, 2001, 29, 1, p. 43-72; et Baiocchi G. (ed.), *Radicals in Power: The Workers' Party and Experiments in Urban Democracy in Brazil*, London, Zed Books, 2002; Avritzer L., Pires R. R., "Orçamento participativo, efeitos distributivos e combate à pobreza". *Teoria & Sociedade (UFMG)*, Belo Horizonte, 2005, p. 68-89.

⁶² Fung A., *Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy*, Princeton, Princeton University Press, 2004. E as coletâneas Fung A., Wright E. O. (eds), *Deepening Democracy: Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance (The Real Utopias Project IV)*, London and New York, Verso, 2003 et

para observar de mais perto o que se passa, parece que as práticas mais clássicas do clientelismo e do paternalismo continuam a operar no próprio seio dos dispositivos cívicos mais citados⁶³ – as perspectivas mais finas mostrando a difícil desvinculação dos processos participativos das modalidades da política comum⁶⁴.

Enfim, seja em São Paulo em torno de P. Singer⁶⁵, no Mato Grosso⁶⁶ ou na Bahia⁶⁷, onde particularidades regionais são reivindicadas pela economia solidária⁶⁸, parece que os vagões brasileiros estão engatados ao trem da encenação de uma revolução global. Uma “sociedade civil global” tece seu pano, através das transnational social movement organizations e dos transnational advocacy networks⁶⁹. As experiências brasileiras, diante dos Fóruns Sociais, se encaixam assim em imensas redes de circulação de informação, de coordenação e de deliberação. O projeto é claramente político. Um verdadeiro esforço jurídico e teórico é, entretanto, conduzido para tentar delimitar as categorias de economia solidária, economia popular, economia social e terceiro setor⁷⁰ e para apontar algumas das dificuldades do amálgama estatístico⁷¹ e analítico⁷² de todos os tipos de associações, com funções

Bacqué M.-H., Rey H., Sintomer Y. (eds), *Gestion de proximité et démocratie participative*, Paris, La Découverte, 2005.

⁶³ Bezerra M. O., *Em nome das “bases”*. Política, favor e dependência pessoal, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1999; *Corrupção. Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

⁶⁴ Vidal D., « Décentralisation infra-municipale, associations d’habitants et pouvoir local: dépasser l’opposition clientélisme/participation politique », in É. Le Bris (dir.), *Villes du Sud*, Paris, Éditions Orstom, 1996, p. 131-146.

⁶⁵ Singer P., *Uma utopia militante*. São Paulo, Editora Vozes, 1999; *Introdução à economia solidária*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002; et Singer P., Souza A. R. (org.). *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo. Contexto, 2000.

⁶⁶ Ferreira Sá C. A., “Economia solidária no Mato Grosso do Sul: desafios e possibilidades”, *Monografia Ministério do Trabalho e Emprego, Centro Universitario do Campo Grande, MS, 2005*.

⁶⁷ Carvalho de França Filho G., “Teoria e Prática em Economia Solidária. Problemática, Desafios e Vocação”, *Revue du MAUSS permanente*, 8 de Maio de 2007 [<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article83>].

⁶⁸ Ver o Atlas da Economia Solidária, Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.

⁶⁹ Keck M. E., Sikkink K., *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*, Ithaca, NY, Cornell University Press, 1998.

⁷⁰ Ver o interessante esforço de cirurgia conceitual de Genauto Carvalho de França Filho, “Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais”. in: *Análise & Dados*, v. 12. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001, 12, 01, p. 9-19

⁷¹ Madeira F. R., Biancardi M. R., “O desafio das estatísticas do Terceiro Setor”, *São Paulo em perspectiva*, 2003, 17, 3-4, p. 177-184.

múltiplas e em contextos diferentes. Já é difícil juntar sob a mesma rubrica entidades com disparate de status no campo do Direito: associações voluntárias, organizações comunitárias, organizações não governamentais, instituições filantrópicas, fundações, igrejas e seitas, organizações sociais (OS), projetos sociais desenvolvidos por empresas, sindicatos... Mas logo que se recupera a complexidade de contextos ambíguos e híbridos, essas cisões se tornam ainda mais problemáticas.

3.2 Restituir a complexidade de contextos ambíguos e híbridos

Mas falar de associações em geral é ainda demasiadamente vago. Esse tipo de organização não é homogêneo: pode tomar todos os tamanhos e formas, visar toda sorte de objetivos, participar de diferentes conflitos e ocupar todos os lugares em relação ao Estado e ao mercado⁷³. A maioria das pesquisas sobre as associações nos dias atuais advêm na ciência econômica, em particular na economia do terceiro setor⁷⁴. Ou então, elas tomam uma forma, na França, de uma sócio-história do político⁷⁵. Em todos esses casos, a arena pública é reduzida a um campo ou a um mercado e onde o agente é determinado por seu percurso num espaço estrutural de posições sociais e limitado a competências de cálculo de investimento e de lucro. Outra abordagem, mais sofisticada, é levada a cabo pela equipe de J. Ion. Ela mostra o advento de uma militância irregular, fluída e volátil, de indivíduos que se engajam e se desengajam de acordo com as circunstâncias, que se implicam limitadamente, preocupados não tanto com questões ideológicas, mas com assuntos do cotidiano. Mesmo permanecendo alguns “nichos identitários”⁷⁶, ligadas às “federações” ou “organizações”, assiste-se à emergência de novas formas de individualização, e de novas modalidades de engajamento de cidadãos ativos⁷⁷, que se referem a bens públicos, com referência distanciada às coletividades. A recusa das formas centralizadas, hierarquizadas e burocratizadas de regulação e de controle político e a implicação em organizações horizontais e reticulares, sem obrigação de crer num catequismo ou de pertencer a um aparelho institucional, acompanha um movimento de “personalização”, de

⁷² Santos de Sousa T. A., “Pensar pelo avesso o Terceiro Setor/ Mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada nas políticas sociais”, *Lusotopie* 2002, 1, p. 241-262.

⁷³ Blais J. P., Gillio C., Ion J., *Cadre de vie, environnement et dynamiques associatives*, Paris, PUCA, 2001; *Actions associatives, solidarités et territoires*, St Étienne, Publications de l’Université de St Étienne, 2001.

⁷⁴ Ver, por exemplo, os relatórios anuais da Global Civil Society, editadas por H. Anheier, M. Glasius, M. Kaldor.

⁷⁵ Offerlé M., *Sociologie des groupes d’intérêt*, Paris, Montchrestien, 1994.

⁷⁶ Ion J., *La fin des militants*, Paris, Éditions de l’Atelier, 1997, p. 91.

⁷⁷ Ion J., Peroni M., *Engagement public et exposition de la personne*, La Tour d’Aigues, Editions de l’Aube, 1997.

“tecnicização” e de “consumerização” do engajamento público. Ion⁷⁸ propõe uma perspectiva, em parte convergente, em parte distinta, das hipóteses de T. Skocpol sobre o crescimento do setor de organizações de movimentos sociais, funcionando como empresas, grupos de interesses ou de grupos de pressões⁷⁹, e das hipóteses de R. Wuthnow sobre a mudança dos regimes de individualização e a “fragmentação” das comunidades políticas⁸⁰. Tudo isso apoiado em dados de pesquisa de campo de excelente qualidade.

Outras vias são imagináveis para compreender o funcionamento interno das associações e sua inscrição em arenas públicas, e, numa escala micro, para analisar os contextos híbridos da experiência e da ação que as caracterizam. O objetivo é de ultrapassar a retórica do interesse e a retórica do individualismo – ou, ao menos, de reenquadrá-los. Esses modos de pensar tendem a reduzir sobre um só eixo a complexidade de regimes de engajamento, com suas formas de composição, de tensão, de arbitragem e de compromisso, com suas arquiteturas de atividades, de laços e de projetos e com seus dilemas de direito, de obrigação e de responsabilidade. É preciso procurar outros modos de investigar e raciocinar. Alguns trabalhos têm começado a ir nesse sentido, seja problematizando a gramática do self-interest mostrando seus limites e seus laços com outras gramáticas segundo as situações de expressão⁸¹; seja descobrindo, mediante as baterias de entrevistas, a ambivalência de avaliações da ação dos atores e de seus “vocabulários de compaixão”⁸². Mas pode-se tentar fazer, praticando uma observação etnográfica, in situ, da arquitetura de regimes de engajamento, de coordenação e de justificação, em que se encontram as atividades dos membros das associações. O trabalho de desvinculação das lógicas de racionalidade e de legitimidade que governam as ações e interações poderia, por exemplo, se inspirar no modelo de cidades de L. Boltanski e L. Thévenot – cidades de inspiração, mercantil, industrial, de opinião, doméstica e cívica⁸³. As associações aparecem então como “organizações compósitas”⁸⁴, ordenadas ao redor de fórmulas de coordenação entre pessoas e coisas, reposando sobre compromissos em torno de convenções

⁷⁸ Ion J., “Affranchissements et engagements personnels”, in *L'Engagement au pluriel*, Saint-Étienne, Presses de l'Université de Saint-Étienne, 2001.

⁷⁹ Skocpol T., *Diminished Democracy: From Membership to Management in American Civic Life*, Norman, University of Oklahoma, 2003.

⁸⁰ Wuthnow R., *Loose Connections: Joining Together in America's Fragmented Communities*, Cambridge, Harvard University Press, 1998.

⁸¹ Mansbridge J. (ed.), *Beyond Self-Interest*, Chicago, University of Chicago Press, 1990.

⁸² Wuthnow R., *Acts of Compassion: Caring for Others and Helping Ourselves*, Princeton, Princeton University Press, 1991.

⁸³ Boltanski L., Thévenot L., *De la justification*, Paris, Gallimard, 1991.

⁸⁴ Thévenot L., *L'Action au pluriel. Sociologie des régimes d'engagement*, Paris, La Découverte, 2005.

comuns. A confrontação a uma situação problemática requer colocar em evidência os procedimentos de transação através dos quais os atores reduzem suas diferenças, apaziguam seus litígios e disputas – ou, pelo menos, se dão uma forma viável, embora conflitual, de organização de suas experiências e de suas atividades. Eles estabelecem conjuntos de argumentos como modos práticos de se engajarem numa situação, de configurá-las por seus projetos, de selecionar finalidades e objetivos e constituindo o que é “recurso”, “oportunidade” ou “constrangimento” da ação na ação, de se articularem com seus pares numa dinâmica de cooperação e competição. Por outro lado, além dessa dinâmica pública de justificação, de denúncia e de reivindicação, toda uma série de modalidades de experiência e de ação pode ser pensada sobre o título de “regimes do próximo” – onde primam os laços de familiaridade com as coisas e com as pessoas.

Portanto, um aspecto próprio das associações é que elas são constituídas de “contextos ambíguos”⁸⁵, nos quais a especificação das identidades e das responsabilidades, das alianças e dos conflitos, de projetos a realizar e de procedimentos a seguir é uma fonte de “perplexidade”, como dizia Jane Addams⁸⁶, tanto para os atores quanto para os observadores. Segundo as modelizações do mercado filantrópico, os “empresários” associativos sabem, à primeira vista, reconhecer as incitações seletivas e calcular os investimentos rentáveis. Segundo as modelizações da vida administrativa, os “funcionários” associativos obedecem, sem um estado de alma, às regras universais e adotam, por exemplo, os cânones de equidade e de justiça social determinados pelo Estado. Segundo as modelizações do espaço público, os “cidadãos” associativos sabem identificar o bem público em termos de suas indagações, experimentações e deliberações, no sentido de John Dewey⁸⁷, e se colocar virtuosamente a seu serviço. Mas com as associações, temos muitas vezes situações mais problemáticas em que os atores não sabem sempre claramente a qual regime de ação e de interação eles vão se referir na prática. Um trabalho mais fino de análise de situação se impõe como crucial. O trabalho de campo mostra, assim, o entrelaçamento de diferentes lógicas:

* Uma lógica de empresa comercial: realizar lucros sobre um mercado, produzir e vender ao melhor preço, acumular capitais ao máximo, otimizar a utilização de recursos humanos, obedecer a uma racionalidade instrumental e utilitária e levar em conta as insatisfações dos clientes. A associação será submetida aos imperativos da produtividade e da rentabilidade.

⁸⁵ Eliasoph N., *Making Volunteers: Puzzles of Empowerment in Youth Programs*, Princeton, Princeton University Press, 2010 (forthcoming). A autora escreve sobre “scrambled moral worlds”, “blended organizations” e “hybrid governance”.

⁸⁶ Addams J., *Democracy and Social Ethics*, New York, Macmillan, 1907.

⁸⁷ Dewey J., *The Public and Its Problems*, New York, Holt, 1927.

* Uma lógica de organização industrial: raciocinar em termos de performances, estabelecer métodos de medida e de controle, estandarizar os produtos, estabilizar o meio ambiente, reduzir as incertezas, efetuar os investimentos técnicos a longo prazo, programar os novos produtos e as novas organizações do trabalho. A associação será regida pelos princípios da eficiência e da previsibilidade.

* Uma lógica de serviço público: aplicar os regulamentos de gestão pública, seguir as finalidades do interesse geral, respeitar os circuitos hierárquicos de decisão e uma divisão funcional do trabalho, se alinhar conforme as grades da qualificação, os conjuntos de objetivos e os métodos de trabalho impostos pelo poder público. A associação se alinha de acordo com os cânones da administração pública para produzir e distribuir os serviços.

* Uma lógica de representação democrática: fundar a legitimidade no interior da associação sobre a sanção pelo voto e sobre a obediência à lei, respeitar o princípio de maioria após o voto, aceitar as decisões tomadas pelos representantes; e, fora das associações, destituir os governantes em caso de abuso de poder, prestar conta à opinião pública, ter uma função de contra-poder no que tange ao abuso de funcionários e políticos profissionais.

* Uma lógica de soberania popular, às vezes combinada com uma lógica da racionalidade comunicacional: participação, deliberação e decisão devem ser acessíveis a todos os membros da associação, num processo de debate entre indivíduos livres e iguais, com vistas a atingir o consenso e o consentimento à ordem pública. A associação é o lugar de realização de uma forma de democracia local, ou senão de democracia direta.

* Uma lógica de coesão social: ensinar os indivíduos que eles têm competências e conhecimentos úteis a todos, reativar um senso de cidadania social em que cada um tenha direitos e deveres, obrigações mútuas com seus pares, responsabilidades vis-à-vis à coletividade e, em contrapartida, em que cada um tenha um lugar no jogo da gratidão e do reconhecimento. A associação recria os laços sociais e renova as relações contra a entropia do individualismo.

* Uma lógica da vida doméstica: ocupar-se dos afazeres da vida cotidiana, apoiar-se sobre as relações de confiança entre pessoas na vida privada, partilhar a mesma história e o mesmo território; mobilizar o savoir-faire ancorado numa experiência do familiar, fazer crescer uma generosidade entre vizinhos e amigos, fundar uma autoridade sobre a frequência de longa duração, privilegiar o prazer da troca e da convivência. A associação será um prolongamento do oikos, o lugar caloroso da casa e da vizinhança, podendo desencadear um retorno ao comunitarismo, aos antípodas da abertura ao público.

* Uma lógica da realização pessoal: encontrar os modos de realização própria, sob a forma da felicidade pessoal, do êxito econômico, da pesquisa terapêutica ou da autenticidade expressiva;

privilegiar a expansão do Self como bem supremo, cultivar seu “petit jardin”, buscar seu caminho, amar seus próximos e cuidar de seu ambiente; dar, receber e retribuir a fim de se descobrir e de ser feliz. A associação será o horizonte para uns de autonomia individual, para outros de narcisismo expressivo.

* Uma lógica da comunidade religiosa: refundar, por meio da prática da reza e do respeito aos ritos, uma moral da vida cotidiana; extirpar o mal, comunicar com os espíritos, elevar sua alma, salvar a humanidade. Dar à ajuda mútua e à solidariedade o sentido de um dom de amor entre fiéis; relacionar os laços civis ao pertencimento comum a um mundo transcendente; articular, em certos casos, a salvação individual com a possibilidade de enriquecimento e de prosperidade econômica. A associação é vivida como uma comunidade terrestre, prefigurando a “Cidade” ou o “Reino” de Deus.

A vida associativa, portanto, não é simples. Esses diferentes regimes de engajamento formam par com formas de proximidade e de desprendimento, com modos de individualização e de cooperação, com dinâmicas de racionalização e de legitimação. O cuidado em mostrar seu entrelaçamento em contextos ambíguos acaba com a redução das associações a empresas ou a burocracias, revela seu caráter de organizações compósitas e insiste sobre sua participação em “fóruns híbridos”⁸⁸. Em vários estudos de caso que acompanham as associações de bairro, podemos mostrar que o tipo de relação com o público que ali se encontra não é somente aquele de um serviço social ou de uma clientela. A relação de confiança e de simpatia, às vezes de rancor e de reprovação, que existe entre os membros de uma associação e os moradores de um bairro não tem a impersonalidade de uma lógica econômica ou burocrática: ela é própria de vizinhos e tem seu lugar por meio de provas compartilhadas. Da mesma forma, o tipo de sociabilidade entre beneficentes se faz, antes de tudo, em um meio de interconhecimento, prolongado em estima e em amizade, segundo as afinidades, fora do quadro das associações. A sociabilidade entre benevolentes, voluntários ou assalariados, não pode ser qualificada em termos de mobilização econômica de recursos, de combinação otimizada de competências ou de coordenação industrial de atividades. Quanto ao tipo de engajamento dos membros, não tem por razão declarada a pesquisa estratégica voltada para um lucro econômico, político ou simbólico. Não é somente o gosto pelo dinheiro, pelo poder ou pelo prestígio que mobiliza os membros da associação. Os motivos recorrentes são seus sentidos de responsabilidade e da solidariedade, sua recusa à injustiça social, sua preocupação com o bem público, sua indignação contra a negligência política, seu desejo de participar dos assuntos públicos, sua ligação à vida do bairro... E encontramos, nas representações de suas ações e nas justificativas que eles dão, as formas

⁸⁸ Callon M., Lascoumes P., Barthe Y., *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*, Paris, Seuil, 2001.

de tensão entre o vínculo local na vizinhança e a abertura a um espaço cívico e político, entre a inscrição concreta em uma rede de conhecimentos interpessoais e a participação abstrata no registro do direito e da cidadania. Todos esses elementos podem ser observados, descritos e analisados em situações diversas por uma pesquisa de campo. E sua avaliação política requer um momento dedicado à pesquisa de campo.

3.3 Seguir o processo de configuração de arenas públicas

No lugar de tomar como ponto de partida uma associação, como uma espécie de micro-organismo ou de micro-comunidade, de “pequena sociedade” destacada da “grande sociedade”, como dizia Tocqueville, e dotada de uma micro-cultura e de uma identidade coletiva, pode ser interessante examinar como a associação se faz como uma arena intra-organizacional em uma arena inter-organizacional, promovendo um certo número de interações, de ações e de atividades.

As mobilizações associativas jamais são uma coisa simples. As pesquisas mais recentes recorrem a descrições da ação coletiva que insistem nas múltiplas limitações do campo de ação, na indecisão e na indeterminação das regras do jogo, no equívoco e na ambigüidade das preferências e das motivações. Elas mostram também a variabilidade dos equilíbrios de alianças e de oposições, a transformação no tempo dos objetivos declarados, a contingência dos incidentes, dos encontros e dos acontecimentos. Assim, as associações são menos sistemas de funções bem integradas do que produtos instáveis, sempre em transformação, de nexos de ações e de interações em contato com uma “ordem local”. Elas são arenas de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de invenção de soluções a problemas, de negociação de convenções coletivas e de composição de racionalidades múltiplas. Estas “anarquias organizadas”⁸⁹ não têm um objetivo, uma estratégia e uma ideologia. Elas são atravessadas por ambigüidades, e às vezes por contradições. Elas podem perseguir diversas finalidades não compatíveis entre si e ser confrontadas com os dilemas da escolha dos meios em relação aos fins. Elas podem ser assediadas por tensões entre objetivos intermediários e objetivos últimos, ou entre temporalidades a curto e a longo prazo, ou ainda dilaceradas por conflitos sobre questões de princípios e de procedimentos e por lutas internas pelo poder da organização. Não se deve, então, superestimar a unidade e a continuidade das associações – essa unidade e essa continuidade são um problema prático que elas não cessam de trabalhar para resolver.

A questão pode ser colocada ainda de outra forma. A organização mantém junta uma pluralidade de lógicas de racionalidade e de

⁸⁹ Cohen M., March J., Olsen J., “A Garbage Can Model of Organizational Choice”, *Administrative Science Quarterly*, 1972, 17, 1, p. 1-25

legitimidade⁹⁰. Pode-se voltar à tipologia exposta no parágrafo precedente, simplificando-a, seguindo uma tripartição entre regimes da justificação pública, do plano racional e da acomodação familiar⁹¹. As associações podem ter formas, aspectos e estilos, modos de produção de conhecimento, de tomada de decisão, de exercício do julgamento e de resolução dos problemas extremamente diversos. Certas associações privilegiam a personalização das coisas e das pessoas, requerem usos e ajustes em familiaridade, se apóiam em relações de parentesco e em laços interpessoais para construir seus projetos, garantir um grau de confiança entre os membros e gerenciar os problemas de reputação e de autoridade⁹². Elas podem distribuir os saberes sobre redes de pessoas, corrigir os problemas locais pelos milagres do jeitinho, sem mobilizar “dispositivos de generalização”. Outras associações, por outro lado, pensam os agentes como operadores de funções anônimas, que executam procedimentos por meio dos postos e dos instrumentos autônomos de medida e de avaliação, sem que sejam postos em jogo seus laços interpessoais. Elas insistem na padronização dos postos e das atividades, são regidas por procedimentos rigorosos de coleta e de centralização de informação, de análise e de generalização das conclusões, de coordenação e de planificação da ação. Todos os tipos de “tensões” ou de “combinações” podem se instalar no seio das ONGs, que obedecem a regras de funcionamento de gestão, logística e orçamento estabelecidas, por exemplo, no Canadá e na Noruega, e que, ao mesmo tempo, tem que compor com apoios locais, hierarquias de status, dependências políticas, hábitos administrativos e competências cívicas que não são aquelas que elas anteciparam.

Outra diferença possível: certas associações prestam contas do que elas fazem em nome do self-interest, não hesitam em se pensar como a expressão de interesses particulares, se querem a voz de uma “comunidade” sem se preocupar em convencer pessoas que lhe são estranhas, se batem para alcançar bens que sejam úteis a grupos exclusivos, sem jamais procurar generalizar suas reivindicações. A ação associativa é, antes de tudo, vivida como um modo de defesa de bens e pessoas próximas – o território investido por uma favela, a economia de uma colônia de pescadores, a congada de um grupo de negros do interior, a parte da fazenda invadida pelos sem-terra. O coletivo remete quase sempre a uma pequena comunidade, raramente ao público sem restrição. Outras, por sua vez, denunciam esse primeiro tipo de associação como revelador da síndrome de NIMBY e, obedecendo a gramáticas de justificação pública, proibem-se de inclinar-se para o lado dos interesses particulares, sejam eles de uma pessoa ou de uma comunidade. Elas buscam a universalização de suas opiniões, de suas denúncias e de suas

⁹⁰ Lafaye C., *La sociologie des organisations*, Paris, Nathan, 1996.

⁹¹ Thévenot L., *L'Action au pluriel*, Paris, La Découverte, 2006.

⁹² Comerford J. C., *Como uma família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2003.

reivindicações, e mais do que se apoiar em redes de relações privadas, tentam estabelecer dispositivos públicos de resolução de problemas. A ação associativa se apresenta, então, como porta-voz de bens públicos – sejam eles, retomando os exemplos acima, o direito a moradia e a exigência de justiça social em favor dos moradores da favela; a salvaguarda de um patrimônio ambiental e cultural, no caso da aldeia de pescadores; a promoção da diversidade multicultural e a redescoberta das raízes africanas do povo brasileiro; e, finalmente, o direito de uso das terras em oposição à propriedade especulativa e a opção pela reforma agrária, em nome de uma redistribuição das riquezas nacionais.

Imaginamos a multiplicidade das formas associativas que podemos encontrar. E podemos presumir que elas serão relativamente diferentes na França, no Brasil e nos Estados Unidos – sem que se possa, por isso, generalizar rapidamente invocando “tradições” ou “culturas” nacionais. A análise situacional e o estudo de caso são antídotos contra as facilidades da tipificação, que rapidamente se tornam estereótipos: a América, reino da associação toqueviliana, livre e igualitária, onde a sociedade civil constitui um verdadeiro contrapoder; a França, terra do jacobinismo, ainda dificultada por hábitos do Antigo Regime e submetida à onipotência política de seu Estado; o Brasil, “sociedade relacional”, onde as facilidades da sociabilidade se pagam pelas contorções de uma desigualdade estatutária, onde as alegrias da cordialidade caminham junto às formas de exclusão da cidadania. Essas proposições não são nem verdadeiras, nem falsas: viraram senso comum. Elas arriscam se precipitar em evidências que impedem de ver a diversidade dos casos no campo. Em particular, elas correm o risco de reificar e de exotizar certos esquemas da experiência e da ação e de favorecer a crença em um excepcionalismo brasileiro⁹³ – como outros defendem uma excepcionalidade francesa ou norte-americana. Elas homogeneízam, por outro lado, o que se passa em Belém, Porto Alegre ou Rio de Janeiro invocando uma “cultura brasileira”, enquanto seria preferível observar as singularidades locais; e mais adiante, ainda, identificar mundos profissionais ou institucionais, ou mundos ligados ao bairro, à classe ou à religião, que desfazem essa ilusão culturalista. Muitas vezes, se nos dedicamos a uma análise de situações, e se nos alinhamos sobre os critérios de pertinência dos atores, percebemos que limitações técnicas ou jurídicas, arranjos ecológicos ou políticos, convenções coletivas ou hábitos adquiridos em pequena escala, frequentemente, explicam bem

⁹³ Isso não invalida as numerosas propostas na literatura histórica e antropológica sobre uma suposta “civilização brasileira” ou uma “cultura brasileira” por autores fundadores, como Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Darcy Ribeiro, Caio Prado Jr, Roberto da Matta, entre outros. O ponto aqui não é de recusar seus intuitos e análises, mas sim de retomá-los, experimentá-los e colocá-los à prova no trabalho de campo.

melhor as escolhas e as decisões do que a referência a uma “cultura”⁹⁴. E o jogo de semelhanças e diferenças não passa tanto mais por uma tipologia das culturas, mais ou menos “cívicas”, fundadas em algumas variáveis formais, como a literatura sobre o desenvolvimento político ou sobre a transição democrática tendia a fazer, do que por comparações contínuas entre casos, dos quais vão progressivamente emergir dimensões de generalidade⁹⁵. No lugar das análises que começam em termos de “tradição” comum ou de “cultura” partilhada, uma abordagem em termos de arenas públicas desenvolve uma perspectiva pragmatista, para compreender como se configuram associações. Ou seja: uma focalização sobre os sentidos em construção nas situações de ação e de interação, mais do que nas representações coletivas suspensas no ar; uma atenção a situações analisadas como processos tendo sua dinâmica própria, mais do que como estruturas objetivadas cujas situações seriam sua sombra; uma percepção das margens de manobra e de arranjo dos constrangimentos ecológicos das situações, mais do que a insistência nas formas de determinação e de reprodução das situações.

As associações se inscrevem em arenas interorganizacionais, povoadas por outras associações, por empresas e instituições, que constituem seu ambiente. Elas são ligadas entre si por sua preocupação compartilhada por uma situação problemática. Elas entram em relações de cooperação e de competição com aliados ocasionais e participantes potenciais, com a mídia, as empresas privadas e as agências públicas. a) Nessas arenas interorganizacionais, uma grande parte das relações entre as diferentes partes passa por processos de seleção e de concorrência, em redes de interdependência funcional e, às vezes, em espaços de concentração geográfica. Elas têm entre si interações de “barganha”, de “regateio”⁹⁶ ou de “negociação”⁹⁷, ou entretêm interações de rivalidade estratégica – para ficar nas metáforas mercantil ou guerreira. b) Mas as relações de interesse e de força se compõem a partir das redes de significados. Alguns falam de “culturas organizacionais”, que se reproduzem, se imitam e se hibridizam, que se inventam e se propagam de uma organização a outra e que, às vezes, se alinham umas às outras. Sem se iludir com a unidade e a continuidade dessas “culturas organizacionais”, podem-se observar os modos de fazer e de dizer que acabam por caracterizar as associações, que definem o estilo das relações

⁹⁴ Cf. Eliasoph N., Lichterman P., “Culture in Interaction”, *American Journal of Sociology*, 2003, 108, 4, p. 735-794.

⁹⁵ Sobre esse problema epistemológico, ver Ragin C., Becker H. (eds.), *What is a Case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

⁹⁶ Wilson J. Q., *Political Organizations*, New York, Basic Books, 1973.

⁹⁷ Strauss A., *Negotiations: Varieties, Contexts, Processes, and Social Order*, San Francisco, Jossey-Bass, 1978.

que ali ocorrem e que traçam “fronteiras morais”⁹⁸ com seu exterior. c) A dimensão do sentido entra também em conta com a noção de gramáticas. As associações não fazem nada além de jogar com “recursos simbólicos” a fim de “construir a realidade social” com fins estratégicos: elas devem respeitar os “constrangimentos da justificação pública” que pesam sobre todos os atores, que variam segundo os lugares e os momentos de suas performances. Faltar ou ir contra essas regras de gramática, quando a lei não é simplesmente a do mais forte, pode desacreditar e anular os esforços do melhor estrategista. d) Além disso, em pontos muito precisos, litígios aparecem entre as partes sobre o diagnóstico ou prognóstico das situações, mas também sobre a legitimidade relativa dos objetivos e dos meios, sobre as identidades, os direitos e os deveres dos atores e sobre as consequências morais e políticas que decorrerão de seus atos. Quanto mais nos afastamos de campos onde primam a Realpolitik ou o livre mercado, mais se multiplicam situações de prova em que outros critérios de compreensão, de antecipação e de avaliação além da força ou do interesse são postos em prática.

A investigação e a pesquisa sobre as arenas públicas passam por uma sociologia política e moral – e, se possível, por uma etnografia de situações de prova, de emergência e de crise, de litígio ou de disputa, de processo ou de controvérsia. Como se estabelecem padrões de equivalência e escalas de medida que permitem lidar com as mesmas situações para lhes avaliar de modo combinado? Como se elaboram instrumentos de categorização, de qualificação e de quantificação e como se estabilizam versões mais ou menos aceitáveis de um problema a resolver? Por quais vias se constituem estratégias de conflitos e pontos de controvérsia, e emergem figuras de culpados e de vítimas, de defensores e de reparadores? Trata-se, então, menos de alfinetar, à moda do entomologista, as associações, que seriam, no caso, uma espécie de animal social, do que de seguir, à maneira do cineasta, os cursos da ação em vias de se fazer, e de mostrar como esses cursos de ação se encadeiam uns aos outros numa arena pública. Uma arena pública não é um espaço-tempo uniforme e homogêneo. Ela se apóia em numa multiplicidade de cenas e seus bastidores⁹⁹, todas sob a alçada de análises de situação. Uma perspectiva microssociológica e pragmatista abandona uma visão objetiva, de sobrevôo, sobre o espaço-tempo público. Ela tenta recuperá-lo fazendo, no trabalho de sua configuração, a sua unificação e sua legitimação por feixes de atividades e interações. Os teatros de operação e os campos de manobra são múltiplos. Podemos ordená-los em torno do processo de emergência, de estabilização, de institucionalização e de

⁹⁸ Lamont M., Molnar V., “The Study of Boundaries Across the Social Sciences”, *Annual Review of Sociology*, 2002, 28, p. 167-195.

⁹⁹ Sobre a metáfora dramática de Goffman, ver: *The Presentation of Self in Everyday Life*, Nova York, Doubleday, Anchor Books, 1959 (Tradução brasileira: *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1975) e *Behavior in Public Places: Notes on the Social Organization of Gatherings*, Nova York, Free Press, 1963.

resolução de problemas públicos – e de todas as formas de transações que operam em paralelo nos bastidores, mais ou menos escondidos do olhar do público¹⁰⁰. Uma arena pública se articula, assim, através das formas de mobilização coletiva (3.3.1), dos estados da opinião pública (3.3.2) e dos dispositivos de ação pública (3.3.3). As intervenções das associações devem ser seguidas em cada um desses domínios.

3.3.1. Organizações: mobilizações coletivas e dinâmicas de institucionalização

Uma associação não se encontra jamais isolada. Ela participa de agrupamentos, blocos ou redes de associações, diante das quais ela se posiciona. Um exemplo são os grupos de interesse que se constituem como grupos de pressão junto às Câmaras de Comércio e de Indústria ou junto aos políticos locais ou nacionais; eles negociam interesses, às vezes nos bastidores, em um complexo jogo de influência que envolve negociação, dádivas, barganhas, intimidação, “corrupção”, formando coletivos que passam a constituir alianças e entram em conflitos com outras organizações e instituições. Um outro exemplo paradigmático pode ser os movimentos de denúncia e de reivindicação coletiva que tomam corpo, cujas vozes adquirem visibilidade na arena pública. Eles formulam críticas, diagnósticos e prognósticos para o público; contam fábulas morais, produzem depoimentos pessoais, reescrevem relatos históricos, desenham uma ordem dos possíveis. Em certas circunstâncias, estes coletivos chegam eles próprios a se institucionalizar¹⁰¹. Eles podem agregar-se a sindicatos ou a partidos, quando não são criados pelos mesmos, podendo também se transformar num outro tipo de estrutura organizacional – se nos remetemos, por exemplo, a trajetória de um certo número de movimentos e a sua transformação em CUT ou em PT no fim dos anos 1970¹⁰². Não se deve então ter uma visão romântica das associações como esse elas escapassem às limitações do campo econômico, social ou político, ou fossem preservadas da “lei de bronze da oligarquia”, assegurando formas de liberdade e de reciprocidade que não são encontradas em outros domínios da sociedade. Elas são submetidas às dinâmicas descritas pela sociologia das organizações, particularmente de

¹⁰⁰ Cefai D., “Qu’est-ce qu’une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste”, in *L’Héritage du pragmatisme*, op. cit., 2002, p. 51-82.

¹⁰¹ Giugni M., McAdam D., Tilly C. (eds), *From Contention to Democracy*, Lanham, Rowman & Littlefield, 1998; Goldstone J. (ed.), *States, Parties, and Social Movements*, New York, Cambridge University Press, 2003.

¹⁰² Keck M., *The Workers’ Party and Democratization in Brazil*, New Haven, Yale University Press, 1992; Rodriguez I. J., *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*, São Paulo, Scritta-FAPESP, 1997.

isomorfismo institucional¹⁰³, seja do alinhamento sobre as empresas comerciais ou sobre as burocracias estatais. As formas de competição privada ou de regulamentação pública que pesam sobre as associações devem ser observadas com um olhar microssociológico.

Cada associação apresenta então um certo número de “fachadas”, variáveis segundo as estratégias de publicização que ela escolhe. E ela pode conhecer transformações de sua estrutura organizacional no decorrer do tempo. É preciso descrever, se possível etnograficamente, as atividades fora da cena (que vão dos simples laços de sociabilidade entre vizinhos ou amigos às preparações em segredo das estratégias políticas adotadas), e as performances públicas (seja por participações pessoais a reuniões ou manifestações, seja por tomadas de posição de seus porta-vozes). A associação deve se tornar visível no desenrolar de uma multiplicidade de situações de informação, de recrutamento e de mobilização. Ela combina transações de todos os tipos nos bastidores e atividades de debate, de negociação e de deliberação em público. Ela requer laços de coordenação, de aliança e de conflito, enfim, com outras associações nas arenas interorganizacionais. Neste registro, os modelos de sociologia da ação coletiva – análise da mobilização dos recursos, das organizações e das redes, das formas culturais e identitárias, etc. – podem ser úteis. Mas outras fontes de análise, normalmente negligenciadas por esta literatura, como a antropologia das relações de parentesco, o estudo de comunidades locais, a análise dos simbolismos religiosos, a etnografia da comunicação comum e a microssociologia dos espaços públicos, são necessárias.

3.3.2. Teatros do sentimento e da opinião: problemas públicos e agendas midiáticas

As associações são um vetor importante nos processos de constituição da opinião pública, não no sentido das pesquisas quantitativas de opinião, mas nos termos de uma “pragmática dos públicos”, de maior ou menor tamanho, que investem em temas de interesse e de preocupação comum à sociologia pragmática. A emergência de um problema público não é simplesmente cognitiva. Ela envolve afetividades, sensibilidades e moralidades coletivas; envolve experimentações de sentimentos de amor, de ódio, de medo, de injustiça, de esperança, de fatalidade, de entusiasmo e de transtorno, que já são formas de definição de situações sociais e que já tocam o senso comum. Ela movimentada as referências sensíveis através das quais as informações são filtradas e ordenadas, não em quadros racionais ou intelectuais, mas nos quadros da percepção imediata ou da inferência prática. Ela induz paisagens normativas, articuladas em torno de categorias morais, onde o

¹⁰³ DiMaggio P. J., Powell W. W., «The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields», *American Sociological Review*, 1983, 48, p. 147-160.

conflito de interesse é apagado pelas questões de decência e de respeito, de humilhação e de reconhecimento, de desprezo e de honra, de liberdade e de justiça. Estes diferentes elementos são constitutivos do que chamamos “opiniões públicas”. As associações são caixas de ressonância desse processo. Mobilizando-se, elas engendram novos personagens – as “minorias visíveis”, as “crianças vítimas de violência”, as “vacas loucas” ou as “nuvens radioativas” – e um conjunto de histórias, de racionalização e de argumentos que estão relacionados com esses novos cenários e atores. Elas difundem formas de compaixão e de indignação, de desconfiança política ou de crença ideológica e desenham de novo o mapa das condutas boas e más, toleráveis e inaceitáveis. Ao partir dessas novas gramáticas, são relançados outros fluxos de protesto que exprimem sentimentos de escândalo e de reprovação, formulam demandas de reparações e de desculpas.¹⁰⁴

De um certo modo, é um teatro que se apresenta, com seus “heroes, fools and villains”¹⁰⁵, seus roteiros catástrofes e suas intrigas escatológicas, seus reenquadramentos do presente no espaço e no tempo, seus líderes carismáticos, trágicos ou cômicos, suas vítimas, seus santos e seus mártires... Em certos casos pode-se encontrar ali as fases descritas por Victor Turner¹⁰⁶, da brecha à crise, à reparação (redressment: reconciliação das partes pelo apagamento da mancha, ou exame da crise seguido de ostracismo do ofensor, por condenação moral e/ou sanção legal) e à reintegração (superação do cisma ou reconhecimento de sua existência, reparação do ato delituoso, real- ou simbolicamente, e reafirmação de um consenso normativo). Se este modelo de Turner não é para seguir ao pé da letra em todos os casos, ele permite vislumbrar a qualidade dramática das ações associativas. J. Gusfield, por exemplo, nos levou a reconhecer figuras teatrais, retóricas ou narrativas na constituição dos problemas públicos¹⁰⁷. Outros insistiram nas linguagens da “gratidão, lealdade, amor, compaixão, responsabilidade, solidariedade, verdade, beleza” e principalmente, “caridade”, “moedas correntes que alimentam o patrimônio do setor”¹⁰⁸. Esta perspectiva de antropologia simbólica ou de sociologia cultural foi estendida ao estudo dos processos de comunicação pública. Uma parte dos espaços públicos está hoje mediatizada pela mídia

¹⁰⁴ Sobres estas categorias morais e / ou estes sentimentos sociais no Brasil, temos hoje as análises de L. R. Cardoso de Oliveira, *Direito legal e insulto moral: Dilemas de uma cidadania no Brasil, Quebec e EUA*, Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002 ou de D. Vidal, *Les bonnes de Rio de Janeiro. Emploi domestique et société démocratique*, Lille, Presses du Septentrion, 2007.

¹⁰⁵ Klapp O., *Symbolic Leaders: Public Dramas and Public Men*, Chicago, Aldine, 1964. Ver também os textos de E. Quarantelli, R. Bucher ou T. Shibusani.

¹⁰⁶ Turner V., *Dramas, Fields, and Metaphors*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1974.

¹⁰⁷ Gusfield J., *The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order*, Chicago, University of Chicago Press, 1981.

¹⁰⁸ Fernandes R. C., *Privado porém público*, op. cit., p. 24.

de massa. A maior parte das ações existem diante do tribunal do público na medida em que uma marca é configurada, transmitida e recebida, através da imprensa, do rádio, da televisão, e cada vez mais pela Internet... Uma pesquisa deve então necessariamente levar em conta as agendas midiáticas, onde são configuradas informações, diagnósticos e previsões, mensagens críticas, depoimentos vividos e relatos de acontecimentos. Mais precisamente, ela pode tentar restituir as cadeias de operações que conduzem a produção individualizada da “informação” (newsworthy), bem como a formatação dos comunicados de imprensa transmitidos por agências, à redação de artigos ou de editoriais discutidos por redações, e à preparação da hierarquia das notícias no jornal televisivo. A coordenação entre estes diferentes processos – que implicam colaboração entre políticos, associações e jornalistas, entre agências estatais, organizações não governamentais e mass mídia; competição entre órgãos de imprensa afim de atrair a atenção pública; e objetivação de dossiês ou de histórias que se tornam “escândalos” ou “casos” – está no coração da publicização dos problemas públicos.

3.3.3. Ações públicas: autonomia e dependência em relação aos jogos do poder clientelista ou corporativista

A ciência política se debruçou sobre os estudos acerca dos processos de inscrição dos problemas públicos nas agendas políticas – municipais, governamentais, legislativas ou administrativas – e suas conseqüências na constituição de dispositivos de ação pública. Referimos então às dinâmicas de discussão que tomam lugar nos fóruns oficiais, think tanks ou comitês de pilotagem. Os processos de lobbying nas “antesalas” do poder permitem acelerar a consideração de um dossiê e de pô-lo na ordem do dia. A ciência política se interessou muito pela questão da constituição da decisão política e pelas múltiplas pressões que a solicitam.

Mas dois elementos são importantes para se levar em conta:

O Estado está freqüentemente na origem das iniciativas em matéria de ação pública, quando ele não cria os interlocutores com os quais ele vai trabalhar. Isto é verdade em certas “redes de políticas públicas”, onde o governo, a assembléia legislativa e a alta administração, e seus correspondentes em outros graus das instituições públicas, têm o poder de decidir que tal ou qual associação fará ou não fará parte do processo de consultas. Eles fixam igualmente a agenda política, jogando com os instrumentos da legislação, da economia e da tecnologia, mas também escolhendo o tipo de problemas a colocar e soluções a dar. Primeiro caso: um grande número de associações é assim fundado para adquirir um status jurídico, de modo a ser identificada na arena pública, e com isso poder participar de negociações, receber financiamentos ou estar implicadas em processos. Algumas formalizam antigas estruturas de sociabilidade que até ali persistiam sem estatutos. As associações de moradores, por exemplo, sempre existiram, de um modo ou de outro, como lugares de discussão e de regulação pacífica dos casos

comunitários, mas sua função adquire um novo status quando elas se tornam interlocutores privilegiados da Prefeitura ou de ONGs. É interessante compreender o ponto de vista dos membros de grupamentos profissionais, festivos ou religiosos sobre a criação de associações reconhecidas pelo poder público – e tentar igualmente seguir as conseqüências dessa formalização sobre a organização de suas atividades coletivas. Segundo caso: um status jurídico é fundamentado para regulamentar casos particulares. É o caso das associações indígenas, sob a tutela da FUNAI ou dos quilombos e outras associações nascidas em “terras tradicionalmente ocupadas”. Estes tipos de entidades têm freqüentemente um caráter compulsório: os indivíduos não são livres, por decisão própria, para aderir ou não ao “contrato social”, pois devem necessariamente pertencer a uma “comunidade tradicional” de modo a acessar seus direitos e adquirir um status de cidadão. Da mesma forma, como não são tributários de um direito individual estes atores não podem se auto-excluir em caso de discórdia, levando com eles seus bens pessoais, pois o status jurídico de propriedade coletiva (seja de titulação definitiva), ou de bens da União ou de domínio público (para as reservas extrativistas), faz destas entidades “corpos coesos” e não necessariamente associações livres de indivíduos autônomos. Longe de manter uma distância do público e do privado, estas associações mantêm uma relação complexa de controle e de dependência com o Estado, ou buscam através de seu estatuto jurídico facilidades de acesso ao crédito e ao mercado. Estas situações devem ser descritas em todas suas ambigüidades – do ponto extremo de uma verdadeira “tutela” para os indígenas, que conhece, entretanto, numerosos arranjos locais, bem como o caso de uma relativa emancipação para alguns pescadores, que saem do quadro até então imposto pelas colônias...

A antropologia política desenvolvida no Brasil tem possibilitado um olhar original acerca do fenômeno das associações. Desde as discussões pioneiras do W. Guilherme dos Santos, em relação aos direitos civis como benefícios concedidos pelo Estado ou por seus agentes intermediários aos supostos cidadãos¹⁰⁹, tornou-se evidente que a cidadania nos moldes como ela foi forjada na constituição da República brasileira não pressupunha autonomia, mas uma tutela do Estado sobre os cidadãos. Seguindo esse rumo, R. da Matta¹¹⁰ propôs uma interpretação de que os valores hierárquicos conjugados com a forte personificação nas relações intersubjetivas propiciavam a constituição de uma cidadania relacional: as garantias individuais estão atreladas às dimensões morais de cada pessoa. O cidadão é essencialmente aquele que será reconhecido como tal no espaço público. É nesse sentido que L. R. Cardoso de Oliveira chamará a atenção para o aspecto das noções de respeito e

¹⁰⁹ Santos W. G. Dos, Cidadania e justiça. Do laissez faire repressivo a cidadania em recesso. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

¹¹⁰ Matta R. da, A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

consideração no que concerne a destinação e obtenção de garantias de direitos. São cidadãos aqueles que atestam de certos atributos morais para serem considerados como tais, para obterem um reconhecimento público de sua cidadania. É a dificuldade, como apontam diversos trabalhos de Kant de Lima, de se constituir o princípio da equidade e da igualdade no espaço público no Brasil, cujas características ultrapassam as barreiras das relações interpessoais na vida cotidiana, desaguando e se consolidando nos instrumentos jurídicos-burocráticos: o tratamento desigual dos desiguais virou um princípio legal¹¹¹. Simultaneamente e paradoxalmente, essas práticas que pervertem a vida democrática convivem com aspirações igualitárias e republicanas. Nesse aspecto, como algumas pesquisas têm revelado¹¹², as associações no Brasil tem se caracterizado de uma maneira ambígua, porque por um lado cada vez mais crescem os apelos ao associativismo, com a propagação de ONGs e comunidades solidárias, criando pretensa difusão de uma “moral cívica”; por outro lado, essas associações surgem cada vez mais como intermediários de interesses de grupos, que reivindicam direitos (que muitas vezes se confundem com privilégios), reforçando uma tutela por parte de organizações, governamentais ou não, sobre grupos particulares. O ideal associativista se encaixa com o da “cidadania tutelada”¹¹³. De fato, os atores coletivos, para acessarem a determinados direitos e para obterem recursos creditícios, ganhar empréstimos de bancos ou ter acesso a serviços públicos, são obrigados à se organizarem em grupos associativos ou comunitários. Não é a toa que assistimos a uma emergência de novas organizações na sociedade civil na luta pelas garantias de direitos, como grupos de pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, etc¹¹⁴.

2. O outro processo, oposto a esta forma de colocação em tutela estatal, é a manifestação de “públicos” no sentido de John Dewey – ou seja, de “processos de associação, de cooperação e de comunicação” que

¹¹¹ Kant de Lima R., “Carnavais, malandros e heróis: Os dilemas brasileiros do espaço público”, art. cit.

¹¹² Mota F. R., *O Estado contra o Estado: Direito, poder e conflitos no processo de produção da identidade ‘Quilombola’ da Marambaia*. EDUFF/ABA/Ford Foundation, 2004. E Kant de Lima R., Mota F. R., Pires L., “Efeitos da Igualdade e da Desigualdade no Espaço Público da Amazônia: uma análise comparativa de processos de construção de unidades de conservação de uso sustentado”. In: D. Lima (org.). *Diversidade Sócioambiental nas Várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília: IBAMA/Pró-Várzea, 2005; Lobão, R. J. da S., “Uma análise comparativa de processos de construção de Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Áreas de Várzea: a possibilidade de uma gestão participativa de espaços naturais e recursos renováveis”, *Ibidem*, 2005.

¹¹³ Lobão, R. J. da S., op. cit., “Considerações acerca do associativismo”, p. 205-220.

¹¹⁴ Lobão R. J. da S., *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento*, Tese de Doutorado, Departamento de antropologia, Universidade de Brasília, 2006.

tematizam problemas e demandam aos poderes públicos sua resolução. Pode se tratar de pequenas dinâmicas à escala local, de mobilizações que se constituem em torno da instalação de equipamento públicos, presumidos perigosos, à proximidade de um lugar de residência, ou de populações que se rebelam contra a notificação de expulsão lançada no território por elas ocupadas há longa data. Pode igualmente se tratar de movimentos de amplitude nacional – o movimento das Diretas Já ou o das emendas populares visando a Constituição de 1988, a campanha pelo impeachment de Collor¹¹⁵ ou a efervescência do início dos anos 1990 em matéria de identidades coletivas. De forma análoga aos outros movimentos sociais no resto do mundo, constatamos no Brasil uma transformação rápida das identidades coletivas de mulheres, negros, indígenas, homossexuais, mas também, cada vez mais, da terceira idade, das crianças ou dos inválidos, no sentido de uma demanda de reconhecimento de igualdade e de seus direitos, mas também da singularidade de suas experiências. Mas dizer isto equivale a nada dizer: é somente multiplicando os estudos de caso, descobrindo os dilemas e os paradoxos destas reivindicações, mostrando as dificuldades jurídicas e políticas, e simplesmente, a inércia dos dispositivos de categorização com as quais elas se chocam, que poderemos começar a melhor compreender de que se trata tais processos. O grande legado da conquista destes direitos acomoda e reconforta o senso comum “progressista” que é apenas o gêmeo inverso do grande relato da maldição da matriz hierárquica, escravagista e corporativista que prejudicaria o Brasil. Mas esses pontos de vista têm que dar lugar à descrição e à análise de situações concretas, microsociológicas e etnográficas. Qual é o significado, por exemplo, em Salvador, da participação maciça dos grupos de axé, como grupamentos musicais que aprofundam suas raízes nos bairros desfavorecidos da cidade, ONGs educativas encarregadas de programas de reabilitação de crianças das ruas, dos blocos de carnaval e de empresas de produção e de comercialização de concertos, CDs e DVD, e além disso, porta-vozes das culturas negras da Bahia, promotores de uma forma de ethnic pride e brokers de pacotes de votos quando nas eleições municipais ou estaduais, quando trocam lealde e apoio políticos com subvenções do poder público?

Em todos os casos, uma análise das formas de sociabilidade e das redes de mobilização, em relação a seu encaixe nos jogos de poder, se impõe. A. Oberschall foi o primeiro a mostrar que a passagem à ação coletiva é mais plausível nos coletivos vinculados a um território ou a um patrimônio, percebidos como ameaçados, ou em coletivos ligados por relações muito densas. O pertencimento a uma “comunidade” e a submissão a uma “hierarquia” reforçam a ligação a um bem comum e a

¹¹⁵ Mische A., *Partisan Publics: Contention and Mediation Across Brazilian Youth Activists Networks*, Princeton, Princeton University Press, 2006.

chance de uma passagem à ação coletiva¹¹⁶. Por um lado, Oberschall sublinhava a importância da lealdade partilhada e da confiança mútua entre membros da mobilização de uma coletividade: este critério é o da densidade ou da raridade dos laços horizontais. A anomia é uma deficiência para a mobilização. Por outro lado, ele se preocupava com os laços que unem esta coletividade a outras instituições, particularmente as elites ou a centros de poder: este critério é o da integração ou da segmentação vertical. A existência de canais de circulação da informação, mas também de troca clientelista de favores e de serviços contra os votos dos membros da coletividade, ou de mobilidade ascendente para postos de representação e de decisão de frações das elites da coletividade, são fatores de estabilidade. Ao contrário, a segmentação suscita sentimentos de opressão ou de dominação ilegítima e provoca a mobilização de elites dissidentes e de movimentos de oposição. A impossibilidade de dar visibilidade a uma demanda junto às autoridades, por falta de porta-voz – que se trate de chefes de clãs ou de comitês de aldeia, de líderes sindicais ou políticos, ou simplesmente, de mediadores das redes familiares, religiosas ou profissionais – produz um sentimento de isolamento e de abandono, uma falta de visibilidade pública, um déficit de representação coletiva e uma insatisfação diante as demandas desconsideradas. Uma dinâmica de densificação dos laços sociais e de integração ao processo político permite aos cidadãos ultrapassar suas divisões e formar alianças, fazer emergir um interesse partilhado sobre certos dossiês, constituir uma força conseqüente em termos de visibilidade e, talvez, ganhar um reconhecimento legal e político. Ela permite aos governantes ter interlocutores, dispor de retransmissão de informação de cima para baixo e de baixo para cima, melhor controlar e, às vezes, domesticar ou teleguiar as atividades coletivas, ou ainda abrir canais de representação oficial, de transação clientelista ou de conciliação corporativista.

O leitor deverá ter compreendido: uma etnografia da vida associativa torna complexos os modelos de constituição de problemas públicos, configurados em simultaneidade ou sucessão sobre diferentes cenas públicas, mais ou menos institucionalizadas. Que se trate de intervenções de urbanismo em Nova Iguaçu, em Belleville, no Catumbi e em Acari, de instauração de desenvolvimento sustentável na Amazônia, de planejamento do crescimento turístico em Itacaré ou de defesa de uma zona de prostituição em Vila Mimosa, a cada situação, uma dinâmica complexa de constituição de organizações associativas e de exposição de arenas públicas se desenvolve. O mesmo acontece com as associações de interesses profissionais, que se encarregam do convívio entre comunidades ou da segurança do bairro no Saara no Rio ou que lançam mão de procedimentos judiciais contra donas de casa em nome de

¹¹⁶ Pode-se tratar de organizações tradicionais, com uma forte coesão familiar, clânica ou comunitária, como de organizações mediatizadas por solidariedades e lealdades associativas.

empregadas domésticas: elas invocam figuras de bens públicos – coexistência étnica e segurança civil, de um lado, direito social e igualdade cívica, do outro – continuando, ao mesmo tempo, a funcionar a partir de identidades, interesses e solidariedades de ordem doméstica, corporativista ou étnica. Do mesmo modo, associações de defesa dos direitos das minorias se apóiam em legislações especiais para proteger uma comunidade de descendentes de escravos libertos da expulsão de seu território em Marambaia, ou para afastar de uma comunidade indígena na Amazônia os efeitos nefastos de grandes obras públicas. A cada circunstância, o problema público se constitui, sendo cristalizado por meio de operações de objetivação e de legitimação. Associações desempenham um importante papel na definição do ponto do conflito e da causa a defender, em continuidade e em ruptura com o jogo dos interesses particulares e das opiniões particulares dos atores envolvidos.

Boatos circulam, confirmados ou desmentidos, campanhas de informação e de contra-informação se opõem, sendo que a questão das conseqüências para a coletividade é colocada e cada um dos campos recusa ao outro o poder de deter a boa solução. Os órgãos midiáticos se tornam caixa de ressonância e as manchetes dos jornais difundem o problema na agenda midiática – perturbando os líderes de partidos políticos ou os governantes em exercício; especialistas consultados por agências administrativas recorrem a todas as formas de indagação, experimento, diagnóstico e prognóstico; cientistas entram em polêmicas sobre dados factuais ou estatísticos, em controvérsias sobre riscos prováveis ou fictícios; advogados representam associações de defesa de vítimas, tendo sofrido danos ou associações de proteção de bens, supostamente em prol do interesse geral, acionando a máquina judiciária – buscando dar conta das decisões de justiça conflitos de interesse ou disputas de direito; configurações de atores se formam, certos titulares legais de sua legitimidade (a representação dos interesses ou das opiniões sancionada pelo direito dos funcionários, dos eleitos ou dos juízes), outros ganhando sua representatividade mostrando a sua competência (na apresentação dos dossiês, na conquista de afiliados, na escolha de alianças...). Cada dossiê tem seus requerentes e seus acusadores. Ele é apoiado por coletividades territoriais, por partidos políticos ou organizações sindicais, por associações de protesto ou de reivindicação, cujas demandas são transmitidas por “difusores”, “mediadores” ou “tradutores”¹¹⁷, tornando-as plausíveis para os eleitos ou altos funcionários. As operações são então múltiplas: financiar pesquisas, lançar consultas, decidir uma política, redigir decretos, votar leis, transmitir notícias... Uma arena pública se desenrola assim, ao mesmo

¹¹⁷ Callon M., “Eléments pour une sociologie de la traduction. La domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc”, *L'Année sociologique*, 1986, vol. 36; Lascoumes P., *L'Éco-pouvoir. Environnements et politiques*, Paris, La Découverte, 1994.

tempo em cenas políticas, administrativas, judiciárias, midiáticas e em cenas da vida cotidiana dos cidadãos comuns.

Mas os problemas públicos não estão expostos ali, aos olhos e ouvidos de cidadãos exteriores ao espetáculo da vida pública. Um movimento reverso se produz, do qual as associações são um dos principais vetores: o remanejamento, muitas vezes de ordem infinitesimal, às vezes da ordem da conversão, dos critérios de experiência e de atividade que ordenam os mundos vividos dos ativistas, de seus adversários e de seus públicos¹¹⁸. Os associados podem engendrar identidades coletivas, tomando consciência de incompatibilidades de interesses entre grupos, redesenhar o mapa das obrigações em termos de conflito, impor como legítimos direitos e deveres até ali desconhecidos e fazer emergir coletivos que não existiam até o momento – a “classe operária”, o “quilombo” ou a “aldeia”, o “bairro urbano”. os coletivos das “empregadas domésticas”. das “prostitutas” ou dos “soufis”, dos “moradores de Arraial ou Itacaré”... Elas podem recompor sensibilidades morais: participar de uma associação, é também se engajar pessoalmente e sentir em si desprezo ou desrespeito diante de categorias sociais percebidas como exploradoras, predadoras ou dominadoras, exibir orgulho de ser “afro-brasileiro”, “trabalhador” ou “travesti”, experimentar compaixão e efetuar gestos de ajuda mútua e de solidariedade, em situações que, habitualmente, são gerenciadas individualmente. Elas podem abalar a economia das relações interpessoais e posições estatutárias, mudar as percepções das hierarquias de classe, de gênero e de raça, suscitar experimentações de autonomia pessoal ou coletiva, transgredir as “fronteiras morais” da casa, do trabalho e da política... Criando novas formas de existência cívica, por exemplo, transformando a figura de um cidadão detentor de direitos sociais, as associações são portos seguros ao protesto, suscitam inflexões nas vidas das pessoas. Elas lhes permitem se engajar de outra forma em suas trajetórias biográficas, as levam a ter laços de qualidade diferente com outras pessoas e coletivos, e a estabelecer uma relação de qualidade diferente com as instituições públicas.

Engajamento pessoal e mobilização coletiva contribuem à formação da experiência do mundo, de si e do outro, e à emergência de normas éticas, jurídicas e políticas de um bem-viver coletivamente. É ali que uma etnografia, moral e política, da vida associativa encontra seu lugar.

¹¹⁸ Melucci A., *L'Invenzione del presente*. Movimenti, identità, bisogni individuali, Bologna, Il Mulino, 1982; *Nomads of the Present*, London, Hutchinson Radius, 1989; et *Altri codici*, Bologna, Il Mulino, 1984